

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – 57ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**



PROPOSIÇÕES DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.285

Declara de utilidade pública a entidade Coral Vozes de Euterpe, com sede no Município de Brazópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Coral Vozes de Euterpe, com sede no Município de Brazópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.286

Declara de utilidade pública a Associação dos Carreiros de Boi de Coromandel – ACBC –, com sede no Município de Coromandel.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Carreiros de Boi de Coromandel – ACBC –, com sede no Município de Coromandel.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretári

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.287

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Baticundum, com sede no Município de Pirapora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Baticundum, com sede no Município de Pirapora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.288

Declara de utilidade pública a Associação Made in Roça de Jeceaba/MG, com sede no Município de Jeceaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Made in Roça de Jeceaba/MG, com sede no Município de Jeceaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.289

Declara de utilidade pública a entidade Orquestra de Flautas Encantadores da Paz, com sede no Município de Curvelo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Orquestra de Flautas Encantadores da Paz, com sede no Município de Curvelo.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.290

Declara de utilidade pública a entidade Projeto Raiz – Arte e Cultura Sem Fronteira – PRACSF –, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Projeto Raiz – Arte e Cultura Sem Fronteira – PRACSF –, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.291

Declara de utilidade pública a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Sebastião do Oeste-MG, com sede no Município de São Sebastião do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Sebastião do Oeste-MG, com sede no Município de São Sebastião do Oeste.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.292

Declara de utilidade pública a Associação Cultural, Artística e Desportiva Companhia Xadrez Dance, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural, Artística e Desportiva Companhia Xadrez Dance, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.293

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Paz, Harmonia e Concórdia, com sede no Município de Guaranésia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Paz, Harmonia e Concórdia, com sede no Município de Guaranésia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 24.294

Declara de utilidade pública a Associação Casa das Artes, com sede no Município de Caxambu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Casa das Artes, com sede no Município de Caxambu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 27 de junho de 2019.

Deputado Agostinho Patrus – Presidente

Deputado Tadeu Martins Leite – 1º-Secretário

Deputado Carlos Henrique – 2º-Secretário

**ATAS****ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/7/2019****Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 859, 894, 896 e 897/2019 – Requerimentos nºs 1.656 a 1.683, 1.685 a 1.853, 1.855 a 1.857, 1.859 a 1.861, 1.863 a 1.866 e 1.868 a 1.872/2019 – Requerimentos Ordinários nºs 585 e 586/2019 – Proposições Não Recebidas: Requerimentos nº 1.684 e 1.867/2019 – Comunicações: Comunicação das Comissões do Trabalho, de Direitos Humanos, de Cultura e de Educação – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Sargento Rodrigues, Coronel Sandro e Bruno Engler, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Virgílio Guimarães e Cristiano Silveira – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial nº 11/2019 – Acordo de Líderes; Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Questões de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Professor Cleiton, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Fernando Pacheco, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Do Sr. Mario Rodrigues Junior, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, prestando informações relativas ao Requerimento nº 845/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 859/2019

Acrescenta o Artigo 8º E, a Lei Estadual nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975 (Atualizada até a Lei nº 23.174 de 22 de dezembro de 2018), que Consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Acrescenta o artigo 8º E, a Lei nº 6.763 de 26 de dezembro de 1975 (Atualizada até a Lei nº 23.174 de 22 de dezembro de 2018), com a seguinte redação:

Art. 2º-E – Ficam vedados a isenção, crédito, redução de base de cálculo, outras desonerações integrais ou parciais, ou qualquer outro benefício fiscal à produção e comercialização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Art. 3º – Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2019.

Deputada Leninha, Presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

Justificação: O Estado de Minas Gerais é o terceiro em consumo de agrotóxico, seus componentes e afins no território nacional.

Além de contaminar grandes extensões de terras para além da área aplicada, esse VENENO contamina também toda a biodiversidade, contaminando as nascentes, os rios, os afluentes, as escolas rurais, os povoados e as cidades.

Para se ter uma ideia, no que tange à aplicação aérea de agrotóxico, por exemplo, apenas 32% dos produtos ficam retidos nas plantas; outros 49% vão para o solo e 19% vão pelo ar para outras áreas circunvizinhas da aplicação.

No tocante à saúde da população foi comprovado que os agrotóxicos estão associados ao desenvolvimento de doenças crônicas como câncer, malformação fetal, disfunções hormonais e reprodutivas.

Por outro lado, leis que concedem benefícios fiscais a produção e comercialização de agrotóxicos são inconstitucionais, pois tal prática favorece o uso e a disseminação desse tipo de substância, colocando em risco o meio ambiente e a saúde dos cidadãos. Essas normas contrariam os direitos constitucionais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, à saúde coletiva e à proteção social do trabalhador.

Além disso, o incentivo ao uso da substância contraria a Lei nº 21.146, de 14 de janeiro de 2014 que instituiu a política estadual de agroecologia e produção orgânica, e o Decreto NE nº 481, de 25 de setembro de 2018 que aprova e determina a implantação do plano de ação estratégica intersetorial de redução do uso de agrotóxico e apoio a agroecologia e à produção orgânica, visando a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população, por meio do uso adequado dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

O aumento da utilização dos agrotóxicos – e da contaminação por eles causada – relaciona-se diretamente com a expansão do agronegócio no país, cujo modelo, além dos agroquímicos, leva a outros grandes impactos socioambientais, como o desmatamento, a monocultura em grandes extensões, a alteração da microfauna do solo e outros.

Não temos o escopo de ser contrário ao agronegócio, deseja-se, apenas, que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, a saúde coletiva e a proteção social dos trabalhadores e das trabalhadoras sejam esteio de toda a atividade produtiva.

Ademais, leis que concedem as citadas benesses violam o Princípio constitucional da seletividade tributária (artigos 153, parágrafo 3º, inciso I, e 155, parágrafo 2º, inciso III).

O princípio da seletividade abrange uma seleção mínima de impostos, o ICMS e o IPI (impostos proporcionais). Sua função é variar a alíquota de acordo com a essencialidade do bem. Significa que, ao se deparar com um bem de maior essencialidade, a alíquota será menor e, pela lógica, se for o bem de menor essencialidade, a alíquota é maior. O acesso aos agrotóxicos acaba sendo facilitado, e a isenção viola o princípio da seletividade tributária, na medida em que faz uma "essencialidade às avessas".

O princípio da essencialidade e seletividade determina que quanto maior a importância social do bem haverá benefícios e incentivos fiscais do Estado. Isto é, se o produto é essencial para a coletividade deve ter isenções ou reduções tributárias.

Esse é um princípio importante, que serve para reduzir as desigualdades sociais e facilitar o consumo de bens básicos para a reprodução da vida da população, mas que acaba, por vezes, desvirtuado e aplicado equivocadamente. Afinal, os agrotóxicos são bens essenciais?

O resultado do direcionamento de diminuição dos custos e facilitação no uso de agrotóxicos é uma política estatal liberal que favorece setores produtivos específicos e onera os recursos públicos, já que o próprio Estado arca com altos prejuízos que resultam do consumo massivo de agrotóxicos.

É um verdadeiro deslocamento de recursos públicos aos setores privados, de forma obscura e implícita. Tais prejuízos são socializados entre toda a população, vez que além de receberem incentivos fiscais para a venda de agrotóxicos, as indústrias raramente dispendem recursos com os danos causados à saúde e ao meio ambiente. Esse custo é todo do Estado.

No Brasil, para cada US\$1 gasto com agrotóxicos, são dispendidos US\$1,28 com tratamentos de saúde decorrentes de intoxicações agudas pelos mesmos, sem contabilizar os danos em relação à reparação ambiental, à perda da biodiversidade nacional (como é o caso do extermínio de insetos polinizadores, por exemplo) e nem o prejuízo privado de inúmeros agricultores que têm suas plantações ou cultivos contaminados com venenos agrícolas disseminados pelo ar, pelo solo e pela água.

Abrir mão de receita pública em um momento que há congelamento de investimento em gastos sociais por 20 anos (com a Emenda Constitucional 81/2017), sob o pretexto de enfrentamento de déficits, é uma afronta.

Por fim, cabe dizer que tramita no STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 5553) com ingresso da Procuradoria-Geral da República (MPF), onde questiona cláusulas do Convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reduz a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas saídas dos insumos agropecuários, bem como o Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação de nosso projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Agropecuária, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 894/2019

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Espinosa o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Espinosa o imóvel com área de 782m² (setecentos e oitenta e dois metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Praça Cel. Heltor Antunes, nº 132, Centro, no Município de Espinosa, e registrado sob o nº 57, a fls. 17 do Livro 03, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Azul.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo está instalada a Prefeitura Municipal de Espinosa desde 1924, sendo composto por dois imóveis, um já doado ao município.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2019.

Deputado Virgílio Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PT).

Justificação: Trata-se da doação de um dos imóveis onde está instalada a Prefeitura de Espinosa desde 1924, ocasião da emancipação política e administrativa do município, na época compartilhado com a Coletoria Estadual da Fazenda de Minas Gerais. Atualmente o prédio é utilizado exclusivamente para abrigar a sede administrativa do município. Ressaltamos que o referido local possui dois imóveis sendo um deles, com área de 925 m², já doado ao município conforme lei estadual 5457/1970.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 896/2019

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiar da Queijaria de Rio Abaixo, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiar da Queijaria de Rio Abaixo, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2019.

Deputado Virgílio Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (PT).

Justificação: A Associação dos Agricultores Familiar da Queijaria de Rio Abaixo tem como finalidade desenvolver projetos assistenciais de combate à fome e a pobreza para minorar os efeitos da natureza e da seca sobre o ser humano na comunidade, a proteção a saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 897/2019

Declara de utilidade pública o Conselho Central de Políticas de Segurança Pública de Paracatu – CENTRALSEG, com sede no Município de Paracatu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Conselho Central de Políticas de Segurança Pública de Paracatu – CENTRALSEG, com sede no Município de Paracatu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de junho de 2019.

Deputado Professor Cleiton

Justificação: O CENTRALSEG, na qualidade de entidade civil de direito privado e sem fins lucrativos, atua como canal de interlocução entre as autoridades policiais, órgãos de defesa social e a comunidade.

Além disso, atua, em conjunto com a comunidade, no planejamento integrado de segurança, resultando na melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Os trabalhos desenvolvidos pelo CENTRALSEG são de extrema importância para toda a comunidade e um exemplo a ser seguido por outros Municípios, sendo certo que a declaração de utilidade pública, dada a relevância do Conselho, irá possibilitar a ampliação de seus objetivos estatutários perante a Comunidade e, contribuindo para a melhoria da Segurança Pública em nosso Estado.

Assim, espera a aprovação da proposição conforme apresentada pela Autor.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Segurança Pública, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.656/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Ferrovia Centro-Atlântica e à VLI Logística pedido de providências para implementação de uma linha de transporte de passageiros por via férrea entre o Município de Curvelo e o Município de Cordisburgo, projeto denominado Trem Turístico e Cultural das Terras do Curvelo às Terras de Guimarães Rosa, com o objetivo de agregar valor aos destinos turísticos da região, especialmente do Complexo Cultural de Curvelo, sediado no prédio da antiga Estação Ferroviária da cidade, ao Museu Guimarães Rosa e à Gruta de Maquiné, em Cordisburgo. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.657/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Academia Militar das Agulhas Negras – Aman – pela realização do I Seminário Acadêmico Muniz de Aragão – Novos Horizontes da Medicina Veterinária, entre os dias 18 e 19 de junho. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 1.658/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Ten. PM Fernando de Souza Pinto, o Sgt. PM Adriano Firmino Soares, o Sgt. PM Elderlei Ramiro do Sacramento, o Sgt. PM José Roberto de Brito S. Ribeiro, o Cb. PM Raphael Vieira Cavalcanti, o Cb. PM Marcos Nunes de Miranda, o Cb. PM Paulo Alberto Rodrigues de Lima, o Cb. PM Alex França Abreu Faria, o Cb. PM Rogério Felipe Duarte Lopes, o Cb. PM Leonardo de Souza Pinto e o Sd. PM Anderson Ferreira Damasceno pela atuação na ocorrência, no aglomerado Acaba Mundo, no Município de Belo Horizonte, em que perseguiram cinco suspeitos que estavam em local típico de venda de drogas e, após intensas buscas, conseguiram capturar um dos indivíduos, identificado como Macalé, um dos chefes do tráfico no aglomerado, que estava foragido e, durante a prisão, tentou corromper os militares oferecendo duas armas de fogo de uso restrito, que acabaram apreendidas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 1.659/2019, do deputado Bruno Engler, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da ocorrência, no Município de Ribeirão das Neves, oriunda de denúncias anônimas a respeito de uma quadrilha especializada em roubo de carga, que resultou na morte de três criminosos armados e na apreensão das armas de fogo utilizadas pelos meliantes, de um bloqueador de sinal GPS e de quantidade considerável de drogas e outros materiais. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 1.660/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil em Jequeri pedido de providências para investigar o extermínio de 15 cães em face da suspeita de envenenamento desses animais no município.

Nº 1.661/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Coordenadoria de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para investigar o extermínio de 15 cães em face da suspeita de envenenamento desses animais no Município de Jequeri.

Nº 1.662/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam apurados e, se comprovados, revistos os gastos resultantes do funcionamento do Centro Integrado de Internação Provisória de Patos de Minas, onde 45 funcionários trabalhariam para o atendimento de 4 adolescentes, o que, segundo ofício encaminhado pelo Sr. Pedro Gonçalves, estaria causando a indignação dos moradores do município, pois, enquanto o governo realiza cortes sob a justificativa de crise financeira, no referido centro os gastos com salários e alimentação chegariam a R\$ 464.234,64.

Nº 1.663/2019, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para garantir acesso à internet e ao serviço de telefonia móvel ao Distrito de Palmeiras, no Município de Capela Nova. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.664/2019, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Germano Luiz Gomes Vieira por ter sido reeleito presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – Abema – para o biênio 2019-2021. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 1.665/2019, da Comissão de Justiça, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para destinação de parte dos recursos reservados à comunicação do Estado para campanhas de conscientização, prevenção e combate às doenças endêmicas que estão afetando o nosso território. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 1.666/2019, da Comissão de Justiça, em que requer seja encaminhado ao secretário de Governo e ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as prioridades do governo em relação ao planejamento e à execução de políticas públicas no atual cenário de crise financeira do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.667/2019, da Comissão de Justiça, em que requer seja encaminhado ao secretário de Governo pedido de providências para que seja enviado a esta Casa o diagnóstico de possíveis soluções aventadas pelo Governo para enfrentar a crise financeira do Estado, especificando-se os impactos sociais e financeiros de cada uma das opções consideradas, notadamente as relacionadas à adesão do Estado ao Programa de Recuperação Fiscal, de forma a subsidiar a análise do Parlamento de projeto de lei que será encaminhado a esta Casa. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.668/2019, da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – recebidos pelo Estado sejam efetivamente aplicados em ações de diversificação econômica em territórios mineradores, preferencialmente com foco na própria cadeia produtiva de extração mineral.

Nº 1.669/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para ouvir a população e resolver a situação precária do fornecimento de energia elétrica à comunidade de Cuité, no Município de Santa Maria de Itabira.

Nº 1.670/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para pagamentos dos recursos em aberto destinados à Rede Cegonha e à Casa de Apoio à Gestante e Puerpera.

Nº 1.671/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a assinatura do acordo de cooperação técnica entre essa secretaria e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual, visando ao cumprimento das ações e metas propostas pelo Comitê Estadual de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual – Ceahvis –, em consonância com o Decreto nº 46.242, de 15 de maio de 2013.

Nº 1.672/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para equacionamento da questão dos restos a pagar relativos às ações e serviços públicos de saúde, com vistas a cumprir o disposto na Lei Complementar Federal nº 141, de 2012, considerando-se que o relatório de gestão apresentado por essa secretaria demonstra que as ações que dependem de recursos estaduais estão com execução extremamente baixa.

Nº 1.673/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para dar viabilidade à execução física e orçamentária das metas da Ação 4547 – Implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos –, do Programa 036 – Promoção da Cidadania e Participação Social – do PPAG 2016-2019, exercício 2019, de forma a garantir a manutenção dos centros.

Nº 1.674/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.398/2017, que cria o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CEC-LGBT –, ou o envio a esta Casa de novo projeto com a mesma finalidade.

Nº 1.675/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Economia pedido de informações acerca das ações de fiscalização das empresas, no Estado, quanto ao cumprimento do percentual mínimo de contratação de pessoas com deficiência previsto pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Nº 1.676/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para dar celeridade à elaboração ou implementação dos planos estaduais de enfrentamento da pobreza no campo, de igualdade racial e de juventudes e à execução das ações do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres.

Nº 1.677/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a articular com os gestores municipais, por meio da Rede de Cuidados à Saúde da Pessoa com Deficiência, ações para garantir o atendimento aos estudantes que necessitam de laudo para efetivar a matrícula em escolas especiais ou solicitar o atendimento educacional especializado.

Nº 1.678/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que seja solicitado o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.312/2016, do governador do Estado, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências.

Nº 1.679/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a continuidade da política de enfrentamento da violência contra a mulher do campo, da floresta e das águas e sobre a manutenção do Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.680/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a realização de parcerias com as universidades estaduais para formação, em nível de graduação, de especialistas e profissionais de apoio educacional na área de educação especial. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão da Pessoa com Deficiência. Anexe-se ao Requerimento nº 1.681/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 1.681/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a realização de parcerias com as universidades estaduais para formação, em nível de graduação e pós-graduação, de especialistas e profissionais de apoio educacional na área de educação especial.

Nº 1.682/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o atendimento às pessoas com transtorno do espectro autista no Estado, detalhando o número de pessoas atendidas, o número e a distribuição espacial das unidades de atendimento na rede de cuidados da pessoa com deficiência e na rede de atenção psicossocial; e sobre a oferta de tecnologias de comunicação alternativa a esse público no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.683/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que os recursos destinados à educação, em cumprimento do art. 201 da Constituição do Estado, sejam aplicados proporcionalmente ao longo do exercício financeiro, evitando-se a concentração de despesas ao final do ano.

Nº 1.685/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a possibilidade de revisão normativa da educação especial de forma a estender o período de terminalidade do percurso educacional conforme as necessidades dos alunos com deficiência intelectual.

Nº 1.686/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que atue em conjunto com as superintendências regionais de ensino de forma a viabilizar e expandir a aquisição de produtos da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar.

Nº 1.687/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a possibilidade de ampliar o período de contratação dos servidores designados para atuar na docência das universidades mantidas pelo Estado, de maneira a garantir a continuidade dos trabalhos de pesquisa, ensino e extensão.

Nº 1.688/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que assegure a oferta de alimentação escolar aos alunos com deficiência que frequentam as classes ou serviços exclusivos de educação especial no contraturno de escolarização.

Nº 1.689/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado aos deputados federais e senadores da República por Minas Gerais pedido de providências para que unam esforços com os demais parlamentares dos estados exportadores na busca da regulamentação legislativa das perdas de receitas de ICMS decorrentes da exoneração instituída pela Lei Kandir.

Nº 1.690/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a viabilização das ações propostas no plano decenal, principalmente aquelas pertinentes ao enfrentamento da violência e promoção da autonomia das mulheres, e sobre os prazos e o cronograma de implementação dessas ações para a atual gestão. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.691/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para alterar a Resolução SEE nº 4.112/2019, que estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais, a fim de possibilitar que escolas de educação especial que tenham menos de 150 alunos possam contar com o cargo de vice-diretor, independentemente do número de turnos em funcionamento.

Nº 1.692/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para pagamento dos recursos em aberto destinados à Política Estadual de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, que estabelece a regulamentação, a operacionalização e as diretrizes e normas para organização da Rede de Atenção Psicossocial – Raps –, instituída por meio da Resolução SES/MG nº 5.461, de 19 de outubro de 2016.

Nº 1.693/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para reativação, bem como apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Técnico de Saúde Integral da População Negra, conforme previsto na Resolução Conjunta SES/Sedese/Sedpac nº 220, de 17 de maio de 2017.

Nº 1.694/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam definidos quais serão os centros de referência de cuidados multidisciplinares no Estado para atendimento às pessoas com doenças raras.

Nº 1.695/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para pagamento do incentivo financeiro para cofinanciamento da Atenção Primária à Saúde, estabelecido por meio da Resolução SES/MG nº 5.816/, de 19 de julho de 2017.

Nº 1.696/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para reativação, bem como apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Técnico de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis – Comitê Técnico LGBT –, conforme previsto na Resolução SES/Sedpac/SEE nº 207/2016, de 17 de novembro de 2016.

Nº 1.697/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências com vistas a capacitar as pessoas com deficiência para ocupar cargos, tendo em vista o cumprimento do percentual mínimo de contratação de pessoas com deficiência previsto pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Nº 1.698/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para alteração do atual processo de distribuição de equipamentos esportivos, de modo a transferir para os municípios, mediante financiamento do Estado, a atribuição de adquirir esses equipamentos.

Nº 1.699/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para pagamento dos recursos em aberto destinados à Política Estadual de Promoção à Saúde, instituída por meio da Resolução SES/MG nº 5.250, de 19 de abril de 2019.

Nº 1.700/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja cumprido o piso salarial dos professores da educação básica, conforme disposto no art. 201-A da Constituição do Estado.

Nº 1.701/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para implantação de diretrizes e metas da saúde aprovadas nos eixos temáticos do Plano Decenal de Políticas para Mulheres do Estado de Minas Gerais, em atendimento a proposta deliberada na IV Conferência Estadual de Políticas para Mulheres.

Nº 1.702/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para assegurar o cumprimento do art. 6º da Lei Complementar nº 141, de 2012, que dispôs que os estados devem aplicar anualmente, no mínimo, 12% da arrecadação de impostos em ações e serviços públicos de saúde.

Nº 1.703/2019, da Comissão de Esporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para criação de mecanismos de incentivo para que os municípios sediem os Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg –, já que muitos municípios não têm condições de arcar com os custos desse evento.

Nº 1.704/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que os Comitês de Bacia Hidrográfica e o Fórum Mineiro de Bacia Hidrográfica participem ativamente da proposta de remodelagem da gestão dos recursos hídricos que está sendo discutida no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Nº 1.705/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para fortalecer os pontos de atenção da Rede de Atenção Psicossocial – Raps – no âmbito da Política de Saúde Mental e regulamentar a Lei nº 22.460, de 2016, que estabelece diretrizes para o atendimento prestado pelas comunidades terapêuticas no Estado.

Nº 1.706/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a instituição imediata do Fundo do Trabalho do Estado de Minas Gerais – FTMG – necessário para a manutenção do Sistema Nacional de Empregos – Sine – em Minas Gerais.

Nº 1.707/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para alteração do Decreto nº 44.761, de 2008, que dispõe sobre a prestação de contas dos recursos transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social e do Fundo Estadual de Saúde, por meio de resoluções, de modo a inserirem-se dispositivos que permitam aos municípios tanto a devolução dos recursos recebidos fundo a fundo para a construção de unidades de saúde quanto o investimento com recursos próprios para o término das obras, com vistas a solucionar o problema das unidades de saúde com obras paralisadas e a regularizar a prestação de contas dos municípios a essa secretaria.

Nº 1.708/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que sejam retomados e acelerados programas e projetos de regularização fundiária no Estado.

Nº 1.709/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a prevenção da violência e atendimento às mulheres vítimas da violência no interior, tendo em vista que o Estado possui 28 centros de referência e atendimento à mulher, que precisam ser acompanhados, e 825 municípios que não o possuem, bem como sobre a criação de redes locais ou regionais de enfrentamento da violência e acompanhamento das redes existentes. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.710/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam agilizados os processos de regularização fundiária de agricultores familiares, com especial atenção para os povos e comunidades tradicionais, como instrumento de acesso às políticas públicas.

Nº 1.711/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o papel do Centro Risoleta Neves de Atendimento – Cerna – na política de atendimento às mulheres em situação de violência no interior do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.712/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para o estabelecimento de dinâmica regular e permanente de funcionamento da Mesa de Diálogos.

Nº 1.713/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências para criação de linha de crédito para os hospitais regionais, com o objetivo de promover sua reestruturação financeira.

Nº 1.714/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja desenvolvido programa de governo denominado Circuito Mineiro da Pecuária Leiteira, com o intuito de promover a qualificação da produção leiteira no Estado e a integração produtor-indústria e de apoiar a implementação das novas regras estabelecidas nas Instruções Normativas nºs 76 e 77, de 2018, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa.

Nº 1.715/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para reativação e apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Estadual de Prevenção de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal e comitês regionais do Estado.

Nº 1.716/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja implantado e acompanhado o Plano Estadual de Agroecologia, conforme determinação da Lei nº 21.146, de 2014, que instituiu a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo.

Nº 1.717/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre a Política de Saúde Mental no Estado, apresentando-se prioridades e detalhamento da destinação de recursos orçamentários. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.718/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das ações de qualificação profissional da pessoa com deficiência promovidas por essa secretaria no primeiro semestre de 2019 e qual o cronograma previsto para os próximos meses, com detalhamento dos cursos oferecidos, parcerias realizadas, municípios atendidos, número de pessoas atendidas e número de pessoas inseridas no mercado de trabalho após a qualificação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.719/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o cronograma para a eleição das novas integrantes do Conselho Estadual da Mulher. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.720/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para implantação, bem como apresentação de cronograma de funcionamento e plano de trabalho do Comitê Técnico de Saúde Integral da População do Campo, da Floresta e das Águas, em consonância com a pactuação do Plano Estadual de Saúde – PES – 2016-2019.

Nº 1.721/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o plano de gestão da Fundação Ezequiel Dias – Funed –, detalhando destinação orçamentária, alocação de pessoal e planejamento de produção. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.722/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações acerca da relação entre a organização da sociedade civil – OSC – Vetor Brasil e o Estado; o motivo pelo qual empresas privadas como a Gol Linhas Aéreas e o Banco Itaú, entre outras, são apoiadoras da referida OSC e se houve influência dos apoiadores institucionais na indicação de profissionais para cargos na administração pública estadual; a forma como se deu a seleção e a contratação da Vetor Brasil para realizar processos seletivos com vistas à indicação de profissionais para cargos na administração pública estadual; a quantidade de profissionais indicados pela mencionada OSC para ocupar cargos na administração pública estadual, quais foram os cargos objeto de indicação e quais foram os profissionais indicados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.723/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre o planejamento do Estado para o atendimento das pessoas com deficiência nas escolas indígenas e quilombolas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.724/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que apresente cronograma de nomeação e posse dos candidatos aprovados nos concursos regidos pelos Editais SEPLAG/SEE nºs 02, 03, 04 e 05/2014 e 07/2017, ainda vigentes, visto que atualmente o vínculo funcional de 68,1% dos docentes da rede estadual é por contratação temporária.

Nº 1.725/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre o planejamento para a educação profissional na atual gestão, com ênfase nos aspectos relativos a designação dos profissionais de educação, distribuição regional da oferta, infraestrutura das escolas e critérios para a seleção dos cursos ofertados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.726/2019, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre nomeações, realização de concursos, plano de carreira dos servidores, bem como o fornecimento de organograma da referida secretaria com a lotação dos servidores por áreas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.727/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que sejam assegurados os recursos necessários para a operacionalização, manutenção e expansão das universidades públicas estaduais, conforme prevê a estratégia 18.11 da Meta 18 do Plano Estadual de Educação em vigor.

Nº 1.728/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre a possibilidade de alteração da Resolução nº 4.112, de 2019, que estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais, com vistas a assegurar que as escolas especiais com número reduzido de turmas possam contar com um vice-diretor, conforme demanda apresentada em visita da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada no dia 7/5/2019, a essa secretaria. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.729/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre a proposta político-pedagógica da educação básica estadual que será adotada pelo governo do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.730/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre a previsão de regularização dos repasses financeiros às escolas família agrícola em 2019. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.731/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre o planejamento do Estado para o cumprimento da estratégia 16.2 da Meta 16 do Plano Estadual de Educação em

vigor, que prevê que, no mínimo, 90% dos profissionais do magistério e, no mínimo, 50% dos profissionais de educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.732/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre as metas que serão adotadas para o processo de expansão da oferta de educação integral na rede estadual de ensino, de modo que alcance a meta 6 estabelecida na Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018, que instituiu o Plano Estadual da Educação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.733/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre o planejamento do Estado para a oferta de educação de jovens e adultos e de qualificação profissional nos sistemas prisional e socioeducativo. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.734/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre o planejamento do Estado para a atuação da Fundação Caio Martins – Fucam – na condição de entidade vinculada à secretaria de que é titular. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.735/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre as propostas que serão adotadas para a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, uma vez que essas entidades passaram a ser integrantes da área de competência da secretaria de que é titular. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.736/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre as estratégias que a secretaria de que é titular pretende adotar para aprimorar a integração com as áreas de saúde e assistência social, de forma a viabilizar o atendimento aos alunos em condições de vulnerabilidade, a expedição de laudos de deficiência e transtornos de aprendizagem e a busca ativa dos alunos que abandonaram a escola. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.737/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a prioridade dada à conclusão das obras já iniciadas, como é o caso da Estrada do Contorno, em Cataguases, que conecta diversos Municípios da Zona da Mata. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.738/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre as medidas implementadas e as que se pretende implementar pelo Estado no tocante à simplificação tributária; sobre eventuais propostas ou relatórios parciais e eventuais propostas para efetivação da justiça fiscal que já tenham sido produzidos pelo Grupo de Trabalho de Obrigações Acessórias, instituído por meio do Decreto Numeração Especial nº 181, de 27 de fevereiro de 2019; sobre medidas de autorregularização, considerando-se o objetivo de auxiliar o contribuinte, antes de aplicar eventual sanção; sobre a correlação da Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica – NFC-e – com a expectativa de incremento na arrecadação e a correlação com a criação da “Nota Fiscal Mineira”, detalhando-se se a intenção é criar um modelo semelhante ao programa criado pelo Estado de São Paulo; e sobre a guerra fiscal entre estados da Região Sudeste e as medidas adotadas para mitigar seus efeitos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.739/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre os 100 maiores devedores de tributos do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.740/2019, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a ampliação do número de escolas estaduais atendidas pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd – da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – de forma a atender a todos os municípios mineiros.

Nº 1.741/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que seja articulado com o governador do Estado o encaminhamento a esta

Casa de projeto de lei que institua o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH –, preservando a proposta de macrozoneamento elaborado sob a coordenação da UFMG e mantendo a região de Vargem das Flores como área de interesse metropolitano, com vistas a assegurar sua proteção ambiental e garantir o abastecimento público de água para as próximas gerações.

Nº 1.742/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH – pedido de providências no sentido de assegurar, em parceria com o governo do Estado, o encaminhamento a essa Casa Legislativa do projeto de lei que instituirá o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDIIRMBH – e que, nessa proposição, seja preservada a proposta de macrozoneamento elaborada sob a coordenação da UFMG, que classifica a bacia hidrográfica de Vargem das Flores como área de interesse metropolitano com o objetivo de assegurar sua proteção ambiental e garantir o abastecimento público de água para as próximas gerações.

Nº 1.743/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para o repasse integral dos valores referentes às emendas populares aprovadas na Lei Orçamentária de 2019. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 1.744/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o cronograma de instituição do Fundo do Trabalho do Estado de Minas Gerais – FTMG – necessário para a manutenção do Sistema Nacional de Emprego – Sine – em Minas Gerais. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.745/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas já tomadas, as medidas em andamento e o cronograma de atividades da secretaria de que é titular para a manutenção e criação de postos de trabalho e políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho nas regiões e cidades afetadas pela crise da mineração no Estado. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão do Trabalho. Anexe-se ao Requerimento nº 1.747/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 1.746/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas já tomadas, as ações em andamento e o cronograma das providências a serem executadas para garantir a aplicação do Plano Plurianual de Ação Governamental para o exercício de 2019 – PPAG – em relação ao Programa 125 – Consolidação da Política de Economia Solidária. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.747/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas já tomadas, as medidas em andamento e o cronograma de atividades da secretaria de que é titular para a manutenção e a criação de postos de trabalho, bem como de políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.748/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o cronograma previsto para a efetivação da inclusão da população em situação de rua no Cad-Único e para a conclusão do projeto baseado no modelo Moradia Primeiro, que, conforme sua informação, está sendo elaborado pela pasta de que é titular. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.749/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas no planejamento, nas ações realizadas e no modelo de reparação adotado em relação às famílias e comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, da mineradora Vale. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.750/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas já tomadas, as ações em andamento e o cronograma das providências a serem tomadas

para garantir a aplicação do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o exercício 2019 no que tange aos Programas 167 – Formação Profissional para o Mercado de Trabalho e Geração de Renda; 164 – Expansão, Consolidação e Internacionalização das Instituições de Ensino e Pesquisa; 127 – Inclusão Produtiva para o Mundo do Trabalho; 40 – Estudos, Pesquisas, Informações e Dados Estatísticos Produzidos pela FJP; 19 – Promoção Social de Jovens no Campo e Periferias Urbanas; e 81 – Educação para a Juventude. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.751/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a manutenção de postos de trabalho, a criação de novos postos e políticas de criação de frentes emergenciais de trabalho nas regiões e cidades afetadas pela crise da mineração no Estado.

Nº 1.752/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas no cronograma dos Jogos Indígenas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.753/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Loteria do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a regularização do repasse dos recursos necessários à continuidade da execução do Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial Sistema Único de Assistência Social – Rede Cuidar.

Nº 1.754/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para ampliar o repasse dos recursos referentes ao Piso Mineiro de Assistência Social para que todos os municípios recebam o valor integral com regularidade.

Nº 1.755/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas na avaliação e nos desdobramentos do Programa de Enfrentamento à Pobreza Rural e do Programa Tramos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.756/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas no cronograma de desembolso financeiro da Loteria Mineira referente aos recursos destinados ao Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema de Assistência Social – Suas (Rede Cuidar), em conformidade com a Lei nº 22.597, de 2017, e o Decreto nº 47.288, de 2017. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.757/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as iniciativas que o governo do Estado pretende adotar relativas aos órgãos Fucam e Utramig. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.758/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as iniciativas que o governo do Estado pretende adotar relativas aos programas: Implantação, Melhoria e Manutenção dos Serviços de Atendimento ao Trabalhador; Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED; Formação Técnica Profissional e de Qualificação e Capacitação para o Trabalho na Modalidade de Educação a Distância (2281 – Utramig); Qualificação e Capacitação Profissional para o Mercado de Trabalho e Geração de Renda (2281 – Utramig); Qualificação Profissional; Ensino Profissional (1261 – SEE); Formação Profissional, Arte e Cultura para a Juventude – PlugMinas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.759/2019, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre a execução de políticas públicas, programas e ações de governo para o desenvolvimento da pesquisa, ciência e tecnologia no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.760/2019, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que intensifique sua atuação, no âmbito de suas competências, para que as ações da Fundação Renova de recuperação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, ganhem ritmo e efetividade, notadamente para viabilizar a recuperação econômica dos municípios atingidos pelo desastre.

Nº 1.761/2019, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para que o desenvolvimento da cadeia produtiva do lítio em Minas Gerais não compreenda apenas a atividade minerária, mas também seu beneficiamento e transformação em produto final.

Nº 1.762/2019, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que analise a viabilidade de se destinar pelo menos parte dos recursos destinados obrigatoriamente para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – para que sejam aplicados em pesquisas que permitam que, em médio e longo prazos, haja uma diversificação produtiva da economia mineira.

Nº 1.763/2019, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que o órgão coordene efetivamente as ações do Estado visando à diversificação produtiva da economia mineira, inclusive nas regiões e municípios mineradores, seja através da atração de investimentos, do aperfeiçoamento tributário, da desburocratização, seja da destinação direta de recursos orçamentários estaduais.

Nº 1.764/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providência para que os órgãos estaduais competentes, a Associação de Municípios do Lago de Furnas – Alago –, o Ministério das Minas e Energia, a Agência Nacional de Águas – ANA – e a empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. atuem conjuntamente para a manutenção do volume adequado do Lago de Furnas, de tal forma que moradores e turistas não sejam prejudicados.

Nº 1.765/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para a priorização do segmento do turismo religioso nas ações de promoção e produção turísticas realizadas por esse órgão.

Nº 1.766/2019, da Comissão de Cultura, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja feita gestão junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero – para que o acervo dos bens artísticos que se encontravam em exposição no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte-Confins – Tancredo Neves – antes das obras de ampliação dos terminais e que estariam hoje na sede da empresa, em Brasília, possam voltar a ser expostos no referido aeroporto.

Nº 1.767/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja restaurada a edificação que abriga o Museu Histórico de Araxá, construída no começo do século XIX, com características da arquitetura do período colonial mineiro e que contém acervo relevante sobre a história da região, bem como peças associadas à dona Beja.

Nº 1.768/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja feita gestão junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero – para que avalie a viabilidade de veicular mensagens, quando das boas-vindas ao Aeroporto Internacional de Belo Horizonte-Confins – Tancredo Neves –, indicando a chegada ao Estado em que nasceu Santos Dumont e ressaltando sua importância para a aviação.

Nº 1.769/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que, no programa de formação de agentes culturais para atuar no âmbito dos mecanismos de financiamento à cultura em Minas Gerais, sejam incluídos módulos destinados às empresas do interior do Estado que potencialmente possam ser patrocinadoras de projetos culturais e às suas assessorias jurídicas e contábeis.

Nº 1.770/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja restaurada a Igreja de São Sebastião, em Araxá, inscrita desde 1979 nos Livros de Tombo Histórico das Obras de Artes Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos e de Belas Artes do Estado de Minas Gerais.

Nº 1.771/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para que seja formalmente constituído grupo de acompanhamento da implementação das ações e metas do Plano Estadual de Cultura – Lei nº 22.627, de 31/7/2017 –, bem como publicado detalhamento dos objetivos já alcançados.

Nº 1.772/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as medidas já tomadas, as medidas em andamento e o cronograma de atividades da secretaria de que é titular para garantir a ampliação do Aeroporto de Ipatinga. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.773/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para garantir a retomada das obras realizadas com recursos do Estado ou através de parcerias e que se encontram paralisadas.

Nº 1.774/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para garantir a ampliação do Aeroporto de Ipatinga.

Nº 1.775/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para garantir a celeridade e a conclusão das obras da BR-381.

Nº 1.776/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as medidas já tomadas, as medidas em andamento e o cronograma de atividades da secretaria de que é titular para garantir a retomada das obras que se encontram paralisadas e são realizadas com recursos do Estado ou por meio de parcerias. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.777/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para a retomada das operações do Programa Voe Minas.

Nº 1.778/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para garantir a retomada das obras da LMG-760, que liga o Vale do Aço à Zona da Mata.

Nº 1.779/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para garantir a retomada das obras realizadas com recursos federais no Estado.

Nº 1.780/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as razões da suspensão do Programa Voe Minas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.781/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja priorizada a conclusão dos trabalhos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – no Ribeirão Ferrugem, para os quais já existem recursos garantidos pela Caixa Econômica Federal, que incluem obras de saneamento básico, drenagem e bacias de contenção, além da construção de novas moradias, que beneficiarão centenas de famílias.

Nº 1.782/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as medidas já tomadas, as medidas em andamento e o cronograma de atividades da secretaria de que é titular para garantir a retomada das obras realizadas com recursos federais no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.783/2019, da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede – pedido de providências para o desenvolvimento de política de incentivo à geração distribuída a partir de fontes de energia renovável, em especial a solar fotovoltaica, a eólica, a energia de biomassa e a de resíduos, com foco no tratamento tributário isonômico para as diversas fontes de energia e na agilização de processos de licenciamento ambiental, em consonância com os prazos de leilões de energia da Empresa de Pesquisa Energética – EPE. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Nº 1.784/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a participação da secretaria no Pacto por Minas que está sendo discutido entre os parlamentares mineiros e o governo federal. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.785/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as medidas já tomadas, as medidas em andamento e o cronograma de atividades da secretaria para garantir a retomada das obras da LMG-760, que liga o Vale do Aço à Zona da Mata. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.786/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que seja planejada e implementada uma 3ª pista na MG-07, no Sul de Minas, diante da importância da rodovia para o escoamento da produção agrícola dessa região.

Nº 1.787/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam apoiadas as iniciativas da cadeia produtiva do café no âmbito do governo federal, com vistas à implementação de política internacional de comercialização do café, de forma a valorizar o produtor rural e conferir sustentabilidade à sua produção.

Nº 1.788/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja acelerada a elaboração de termo de referência com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – para a aprovação da construção e regularização ambiental de barragens para reservação de águas pluviais.

Nº 1.789/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para apoiar o desenvolvimento de pesquisa pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, em especial projetos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa – Fapemig – que tenham como objeto o desenvolvimento de tecnologias para a agricultura familiar.

Nº 1.790/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que seja revisada a política tributária relativa a produtos da agropecuária e da agroindústria nos municípios mineiros pertencentes à área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene – com o objetivo de conferir a eles o mesmo tratamento dispensado aos demais municípios que se encontrem na mesma condição, situados em estados do Nordeste do País.

Nº 1.791/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para a regularização sanitária e fiscal de alambiques de cachaça por meio da certificação do produto.

Nº 1.792/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja amplamente disponibilizada a Guia de Trânsito Animal Eletrônica – e-GTA – e que seu fluxo seja sincronizado com o da emissão de nota fiscal eletrônica.

Nº 1.793/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – pedido de providências para que os recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé – sejam aplicados no financiamento de políticas de pós-colheita e comercialização do café.

Nº 1.794/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja apurada a implantação de empreendimentos agropecuários sem a devida outorga de uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, em especial os que fazem captação direta no leito desse rio.

Nº 1.795/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja revista a exigência de Estudo de Impacto Ambiental – EIA – e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA – para o licenciamento ambiental de projetos agrossilvipastoris.

Nº 1.796/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de providências para que seja estudada e implementada a duplicação da BR-491, nos trechos que cortam o Sul de Minas, diante de sua importância para o escoamento da produção agrícola dessa região.

Nº 1.797/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja incrementada a aquisição direta de pescado da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – e pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA –, por meio do apoio à organização e à formalização da produção no Estado.

Nº 1.798/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam implementadas as regras de fiscalização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal e implantado o Selo Arte no Estado, estabelecidos pela Lei nº 13.680, de 2000, em consonância com a regulamentação da Lei nº 19.476, de 2011, que dispõe sobre habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte no Estado.

Nº 1.799/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que sejam incrementados a implantação e o funcionamento do Sistema Estadual de Inspeção de Minas Gerais – Sisei-MG –, instituído pela Portaria nº 1.319, de 2013, do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA –, como meio de ampliar a formalização de agroindústrias no Estado.

Nº 1.800/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja acelerada a revisão da regulamentação da Lei nº 19.476, de 2011, que dispõe sobre habilitação sanitária de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte no Estado, alterada pela Lei nº 22.920, de 2018.

Nº 1.801/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para implementação do Programa Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria Familiar como instrumento de potencialização das vendas diretas de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – no Estado.

Nº 1.802/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para que a conclusão dos processos de indenização de produtores rurais atingidos pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, seja condicionada ao reassentamento desses atingidos em áreas produtivas.

Nº 1.803/2019, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que seja desenvolvida ação de apoio ao setor produtivo, articulada com as instâncias deliberativas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene –, com o objetivo de elevar a quantidade de projetos produtivos financiados por esse órgão no semiárido mineiro.

Nº 1.804/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao presidente da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedido de informações sobre a situação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – dessa região, com detalhamento sobre a etapa de elaboração ou consolidação em que se encontra e a previsão de encaminhamento a esta Casa do projeto de lei contendo o referido plano. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.805/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o plano de ação e cronograma das estratégias e diretrizes para a implantação da Rede de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual, bem como da cadeia de coleta de vestígios, pactuados no âmbito do Comitê Estadual de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual – Ceahvis –, criado por meio do Decreto nº 46.242, de 15 maio de 2013. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.806/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de providências para que sejam ampliados os investimentos visando garantir abastecimento de água e esgotamento sanitário de qualidade para as cidades mais carentes do Estado.

Nº 1.807/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja retomado o fornecimento de energia necessário para o funcionamento dos poços artesianos de comunidades rurais de áreas que convivem com a seca os quais se encontram paralisados por inadimplência com a empresa e para que seja alterado o mecanismo de cobrança de energia elétrica para esses poços, resolvendo, em especial, os problemas relacionados à titularidade dos serviços e à suspensão dos serviços e do fornecimento de energia em caso de inadimplência.

Nº 1.808/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências com vistas a descentralizar os processos necessários para a celebração de convênios de apoio à infraestrutura municipal, utilizando para isso as coordenadorias regionais do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem – DEER-MG.

Nº 1.809/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que se proponha e se defenda a tese, no Poder Executivo Estadual, de que os recursos arrecadados pelo Estado com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem – sejam integralmente utilizados para fomentar a diversificação produtiva nos municípios mineradores.

Nº 1.810/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e à Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço pedido de providências para que acelerem as etapas de consolidação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – dessa região, com o posterior envio a esta Casa do projeto de lei contendo o referido plano, bem como para que fortaleçam a equipe de trabalho da mencionada agência.

Nº 1.811/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o destino da arrecadação com as outorgas dos novos processos de concessão de rodovias estaduais anunciados pelo governo do Estado, especificando se será destinada para pavimentação, melhorias, manutenção e operação das demais rodovias estaduais e se, pelas estimativas da secretaria de que é titular, será suficiente para tal fim. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.812/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado pedido de informações sobre as condições de trabalho dos policiais que desempenham suas funções nas bases móveis da instituição. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Segurança Pública. Anexe-se ao Requerimento nº 1.851/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 1.813/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para o desenvolvimento de um programa para o atendimento de domicílios de áreas rurais que estão sem acesso à energia elétrica no Estado devido aos critérios de atendimento gratuito de eletrificação rural estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Nº 1.814/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja priorizada a retomada das obras do Hospital de Resplendor, que já foi iniciada e paralisada em mandatos anteriores.

Nº 1.815/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que seja retomada a implementação do projeto Aerotrópolis da região do Aeroporto Internacional de Confins, focando nas oportunidades de desenvolvimento do aeroporto industrial e no planejamento de uso e ocupação do solo compatível com o projeto.

Nº 1.816/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja analisada a possibilidade de se firmar parceria com o Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura dos Municípios da Amaje para viabilizar as obras de pavimentação do trecho mais problemático da MG-214, conhecido como Mandingueiro, e que seja autorizada a retomada da execução do projeto de pavimentação de toda essa rodovia, que já está licitada pelo DEER-MG.

Nº 1.817/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja analisada a possibilidade de se incluir o Parque Estadual da Serra Negra, na região do Alto Jequitinhonha, no programa de concessões de parques estaduais em estudo pelo poder executivo estadual.

Nº 1.818/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja priorizada a pavimentação do trecho da LMG-760, seja com recursos do Tesouro Estadual, seja com compensações pelo desastre de Mariana, por meio da Fundação Renova.

Nº 1.819/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que sejam retomadas as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Ferrugens, em Contagem. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Transporte. Anexe-se ao Requerimento nº 1.781/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 1.820/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que seja regulamentada a Lei nº 22.381, de 5 de dezembro de 2016, que trata da política estadual de diversificação produtiva dos municípios mineradores.

Nº 1.821/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para a inclusão da sub-bacia de Vargem das Flores, em Contagem, no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI – e para que seja considerada como zona de interesse metropolitano – ZIM –, em vista do estudo encomendado pela Copasa-MG e realizado pela Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – Coppetec –, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que trata da vida útil do reservatório de Vargem das Flores.

Nº 1.822/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas no detalhamento dos perfis dos clientes urbanos e rurais da distribuidora, da participação de cada um deles no faturamento da empresa e do impacto de cada um na viabilidade financeira da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.823/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a declaração da necessidade de investimentos da ordem de R\$ 27.000.000,00 por parte da empresa, com especificação da aplicação de valores segundo destino e ano. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.824/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam aperfeiçoados os mecanismos de acompanhamento das emendas parlamentares ao orçamento.

Nº 1.825/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a terceirização na Cemig, com apresentação de dados sobre áreas terceirizadas, quantas empresas, quantos empregados envolvidos por empresa e área, número de acidentes e indicadores de gravidade de empregados terceirizados e, se possível, qual a média salarial por área e empresa dos trabalhadores das terceiras. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.826/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que apresente avaliação ou diagnóstico sobre a estrutura tributária do Estado, em particular no que diz respeito à distribuição da carga tributária sobre os contribuintes, considerando-se sua capacidade contributiva, diagnóstico ou avaliação que embasa a decisão do governo do Estado de não alterá-la.

Nº 1.827/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre os projetos de iniciativa do Estado para a diversificação econômica do Estado, reduzindo a dependência de commodities, especialmente da mineração. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.828/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre o treinamento, no próximo biênio, para a atuação dos policiais militares nos casos de violência doméstica, bem como sobre o cronograma de expansão da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – e as localidades que serão priorizadas, uma vez que, conforme a apresentação do comandante-geral, a PPVD atende atualmente 22 municípios e passará a atender 86 até o final da atual gestão. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.829/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre as iniciativas de investimentos na agricultura familiar como forma de contribuir para o desenvolvimento econômico do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.830/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que adote medidas que intensifiquem a presença do Estado no que diz respeito à prestação de serviços públicos essenciais em regiões afetadas pelo rompimento de barragens, disponibilizando ações de apoio específico a tais municípios.

Nº 1.831/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para a formulação de uma política de promoção da autonomia financeira das mulheres, com a geração e a divulgação de dados e indicadores sobre o trabalho das mulheres no Estado.

Nº 1.832/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que seja instalada a Mesa Permanente de Negociações Sindicais para negociação das demandas trabalhistas dos servidores estaduais, por meio de suas entidades representativas.

Nº 1.833/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para o fortalecimento da transversalidade com espaços de formulação, implementação, avaliação e integração das políticas para as mulheres, em articulação com o governo.

Nº 1.834/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para rever a política de demissão dos trabalhadores dos Postos Uai e promover a reabertura das unidades desses postos e a realocação desses trabalhadores.

Nº 1.835/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações para que seja enviado a esta Casa, para acompanhamento, o cronograma de pagamento de benefícios aos filhos dos hansenianos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.836/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre os impactos e os prejuízos na geração de energia para o Estado de Minas Gerais com a venda das usinas hidrelétricas Jaguara, São Simão, Miranda e Volta Grande pertencentes à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, que foram leiloadas no ano de 2017. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.837/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que as atividades da mesa de diálogo para mediação de conflitos fundiários sejam retomadas o mais breve possível.

Nº 1.838/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para implementar ações específicas e efetivas, tanto preventivas quanto repressivas, no enfrentamento do feminicídio, no âmbito da política de segurança pública.

Nº 1.839/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre as medidas de resolução estrutural da situação fiscal e tributária do Estado, considerando que o regime de recuperação fiscal constitui medida temporária de enfrentamento das dificuldades de curtíssimo prazo e, ao mesmo tempo, exige a renúncia a processos de disputa tributária com a União, o que inclui a reivindicação de acerto de contas sobre a Lei Kandir – Emenda à Constituição Federal nº 42, de 2013. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.840/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o custo médio por empregado na Cemig, inclusive com a apresentação da distribuição salarial (número de empregados por faixa salarial, em tabela de 20 faixas) e da distribuição de remuneração (número de empregados por faixa de salários, mais benefícios, mais gratificações, em tabela de 20 faixas) e informações sobre salários por função/ocupação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.841/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de providências para manutenção do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça em Minas, para empresas públicas.

Nº 1.842/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que não sejam interrompidas, até a realização de concurso público para provimento de cargos de professor e técnico administrativo, as atividades de pesquisa, ensino e extensão realizadas pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg.

Nº 1.843/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre as medidas implementadas e as que se pretende implementar pelo Estado no tocante à simplificação tributária; sobre eventuais propostas ou relatórios parciais e eventuais propostas para efetivação da justiça fiscal que já tenham sido produzidos pelo Grupo de Trabalho de Obrigações Acessórias, instituído por meio do Decreto Numeração Especial nº 181, de 27 de fevereiro de 2019; sobre medidas de autorregularização, considerando-se o objetivo de auxiliar o contribuinte, antes de aplicar eventual sanção; sobre a correlação da Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica – NFC-e – com a expectativa de incremento na arrecadação e a correlação com a criação da “Nota Fiscal Mineira”, detalhando-se se a intenção é criar um modelo semelhante ao programa criado pelo Estado de São Paulo; e sobre a guerra fiscal entre estados da Região Sudeste e as medidas adotadas para mitigar seus efeitos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.844/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações em que conste qual será a destinação que o governo pretende dar aos recursos arrecadados com eventuais privatizações de ativos do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.845/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a nomeação de delegadas de polícia concursadas para a recomposição das equipes das delegacias especializadas de atendimento à mulher – Deams.

Nº 1.846/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a situação econômica e financeira da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A., o número de empregados públicos demitidos pela atual direção da empresa e a projeção de novos desligamentos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.847/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a implantação no Estado das oito delegacias especializadas de atendimento à mulher – Deams – que ainda estão inativas.

Nº 1.848/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Governo pedido de informações sobre a organização do processo de elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, inclusive seu cronograma e a forma de participação popular na elaboração do plano. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.849/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre a política de isenções, desonerações e benefícios fiscais praticada pelo Estado, detalhando-se os critérios adotados, as normas internas da secretaria de que é titular relativas à matéria e os dados sobre os benefícios atualmente concedidos, com especificação dos beneficiários, dos valores e da duração. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.850/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre os índices de letalidade da PMMG nos últimos cinco anos, discriminando-se os óbitos de civis e de policiais militares. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.851/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre as condições de trabalho dos policiais civis que desempenham suas funções nas delegacias de polícia móveis da instituição, especificando-se as condições dessas bases em relação à existência de estrutura sanitária adequada, área de descanso, sistema de controle de temperatura e compartimento para acondicionamento de alimentos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.852/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre os resultados obtidos com a implantação da Delegacia Especializada em Investigação e Repressão a Crimes Rurais, tais como número de inquéritos instaurados e concluídos, prisões realizadas, operações desencadeadas e bens recuperados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.853/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre as operações desencadeadas pelo Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas – Rotam –, realizadas no interior do Estado, especialmente no Município de Viçosa, a fim de que esta comissão possa acompanhar a efetividade da estratégia de prevenção à criminalidade pela utilização de unidades especializadas de repressão qualificada. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.855/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o plano de investimento para garantia da continuidade e da universalidade dos serviços de fornecimento de água potável nos Municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga; e o plano de investimento para universalização do serviço de coleta e tratamento de esgoto sanitário nos referidos municípios. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.856/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os valores do Índice de Qualidade das Águas – IQA – ou do parâmetro disponível de potabilidade ou qualidade, nos anos de 2018 e 2019, nos Municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.857/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a receita total mensal, a qualquer título, auferida de janeiro de 2008 a maio de 2019, nos Municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga, e sobre a despesa total mensal com custeio operacional e investimentos em cada um dos municípios citados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.859/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que sejam retomadas com urgência as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – na região do Ribeirão Ferrugem, no Município de Contagem, bem como sejam iniciadas as intervenções para a implementação das bacias de contenção B5, B6 e B7 no mesmo município. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela Comissão de Transporte. Anexe-se ao Requerimento nº 1.781/2019, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 1.860/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja garantida a destinação integral dos recursos advindos da aplicação de multas às concessionárias Ferrovias Centro Atlântica e MRS Logística ao desenvolvimento do transporte ferroviário no Estado, em especial nas regiões afetadas pelas ações e omissões dessas empresas. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.861/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que seja estruturada a Superintendência Ferroviária do Estado, órgão com competência para planejar e executar projetos ferroviários estaduais, com prioridade para a viabilização das ações necessárias para a ampliação do metrô da Região Metropolitana de Belo Horizonte. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 1.863/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido providências para que, no estudo de viabilidade técnica já em andamento nas citadas instituições, que objetiva a criação de uma central única de flagrantes para receber todas as prisões em flagrante da capital, seja considerado o tamanho geográfico e as vias de deslocamento do Município de Belo Horizonte.

Nº 1.864/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para melhoria das unidades prisionais do Estado, que atualmente se encontram com capacidade máxima excedida, bem como para nomeação de agentes prisionais aprovados no processo seletivo simplificado, de forma a suprir a demanda nas referidas unidades.

Nº 1.865/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para elaborar e encaminhar a esta Casa projeto de lei para instituir a Lei Orgânica dos Sistemas Prisional e Socioeducativo, de iniciativa privativa do governador do Estado, com vistas a normatizar as atividades dos agentes prisionais e dos agentes socioeducativos do Estado.

Nº 1.866/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para retornar com as ações de repressão qualificada nas regiões de divisa do Estado, nos moldes do programa Cinturão de Segurança, considerando-se o crescimento da atuação de quadrilhas organizadas nos municípios localizados nessas regiões.

Nº 1.868/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que insira, na formação continuada dos profissionais da instituição, um curso periódico

bienal que, entre outras matérias, tenha um módulo específico para treinamento de tiro, para que o policial civil possa treinar suas habilidades de manuseio e operação de arma de fogo, a exemplo do treinamento policial básico – TPB –, realizado pela Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG.

Nº 1.869/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido providências para a elaboração de protocolo específico para o atendimento e o registro policial de ocorrências de intolerância religiosa, especialmente aquelas que têm como vítimas os adeptos de religiões de matriz africana.

Nº 1.870/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para a implementação de sistema de videoconferência nas unidades prisionais e delegacias de Polícia Civil, a fim de viabilizar a realização de audiências e oitivas remotas, evitando o alto custo despendido no transporte de internos e garantindo a segurança dos servidores públicos, dos agentes prisionais e socioeducativos.

Nº 1.871/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para ofertar cursos de capacitação continuada para os diretores de unidades dos sistemas prisional e socioeducativo.

Nº 1.872/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, em que requer seja encaminhado aos deputados federais e aos senadores por Minas Gerais pedido de providências com a sugestão de que, em homenagem aos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, seja aprovada uma emenda impositiva de bancada federal, no valor de R\$ 25.000.000,00, para a melhoria da água pela empresa Copanor, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 585/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Mesa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela realização do evento Assembleia Fiscaliza, uma vez que a vinda do secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade fortalece o trabalho da comissão no seu papel fiscalizador das políticas públicas estaduais de transporte, comunicação e obras públicas, que é executado por meio de audiências públicas e visitas e pela aprovação de diversos requerimentos com pedidos de providências e de informações à referida secretaria. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 586/2019, do deputado Celinho Sintrocel e outros em que requerem seja apreciado pelo Plenário o parecer pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 5.343/2018.

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Nº 1.684/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que assegure a oferta de alimentação escolar aos alunos com deficiência que frequentam as classes ou serviços exclusivos de educação especial no contraturno.

Nº 1.867/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para ampliar o número de escolas estaduais atendidas pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd –, da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões do Trabalho, de Direitos Humanos, de Cultura e de Educação.

Registro de Presença

O presidente – A presidência registra e agradece a presença, nas galerias, de alunos do ensino médio da Escola Estadual Doutor Antônio Batista do Nascimento, do Município Piedade do Rio Grande. Gostaria, ainda de registrar a presença e cumprimentar os alunos do Colégio São Paulo, Cidade Jardim, do 6º e do 7º anos. Muito obrigado pela presença de vocês.

Oradores Inscritos

– Os deputados Sargento Rodrigues, Coronel Sandro e Bruno Engler, a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Virgílio Guimarães e Cristiano Silveira proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Designação de Comissões

– A designação dos membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial nº 11/2019 foi publicada na edição anterior.

ACORDO DE LÍDERES

– O acordo de líderes em que a totalidade dos líderes com assento nesta Casa acordam que até o dia 1º de novembro do corrente ano não serão recebidos requerimentos solicitando perda de prazo pela Comissão de Justiça foi publicado na edição anterior.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

– A decisão da presidência, acolhendo o acordo de líderes e determinando seu cumprimento, foi publicada na edição anterior.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 1.660 a 1.661, 1.704, 1.741 e 1.742/2019, da Comissão de Meio Ambiente, 1.662, 1.824, 1.826, 1.830, 1.832, 1.834, 1.837 e 1.842/2019, da Comissão de Administração Pública, 1.668/2019, da Comissão de Minas e Energia, 1.669/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, 1.670 a 1.672, 1.692 a 1.693, 1.695 a 1.696, 1.699, 1.701 a 1.702, 1.705, 1.707, 1.713, 1.715 e 1.720/2019, da Comissão de Saúde, 1.673 a 1.674, 1.676 e 1.678/2019, da Comissão de Direitos Humanos, 1.675, 1.677, 1.681 a 1.682, 1.688, 1.691, 1.694 e 1.697/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, 1.683, 1.685 a 1.687, 1.700, 1.724 e 1.727/2019, da Comissão de Educação, 1.689/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, 1.698 e 1.703/2019, da Comissão de Esporte, 1.706, 1.712, 1.751, 1.753 e 1.754/2019, da Comissão do Trabalho, 1.708, 1.806 a 1.810, 1.813 a 1.818, 1.820 a 1.821 e 1.872/2019, da Comissão de Assuntos Municipais, 1.710, 1.714, 1.716 e 1.786 a 1.803/2019, da Comissão de Agropecuária, 1.740/2019, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, 1.760 a 1.763/2019, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, 1.764 a 1.771/2019, da Comissão de Cultura, 1.773 a 1.775, 1.777 a 1.779 e 1.781/2019, da Comissão de Transporte, 1.833, 1.838, 1.841, 1.845 e 1.847/2019, da Comissão de Direitos da Mulher, e 1.863 a 1.866 e 1.868 a 1.871/2019, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões do Trabalho – aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 26/6/2019, dos Requerimentos nºs 1.321 a 1.324 e 1.327/2019, da Comissão de Participação Popular, 1.337/2019, do deputado Raul Belém, e 1.375/2019, da deputada Beatriz Cerqueira; de Direitos Humanos – aprovação, na 12ª Reunião Ordinária, em 26/6/2019, do Projeto de Lei nº 4.095/2017, com a Emenda nº 1 da Comissão de Justiça, do deputado Tiago Ulisses; de Cultura – aprovação, na 13ª Reunião Ordinária, em 26/6/2019, do Projeto de Lei nº 660/2019, do deputado Duarte Bechir; e de Educação – aprovação, na 12ª Reunião Ordinária, em 26/6/2019, do Projeto de Lei nº 605/2019, do deputado Elismar Prado, e dos Requerimentos nºs 1.171 e 1.271/2019, do deputado Elismar Prado, 1.223, 1.227 a 1.231, 1.339, 1.340 e 1.492/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, 1.279/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1.289/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, e 1.427/2019, do deputado Coronel Henrique (Ciente. Publique-se.).

Questões de Ordem

O deputado Bartô – Presidente, boa tarde e obrigado pela palavra. Hoje venho aqui, mais uma vez, defender o livre mercado. Houve falas do nosso prefeito Kalil, de Belo Horizonte, contra o Uber, falando que vai fazer o decreto, que vai passar de qualquer jeito e, agora, vai começar a aumentar a fiscalização nesses carros. Não dá para entender o porquê dessa situação. Ele coloca que as empresas não levam em consideração o trabalhador, coloca várias questões das quais, pessoalmente, discordo. Não só eu, como o mercado todo discorda, porque a gente vê aí a classe dos taxistas – em torno de 6.000 taxistas – contra a classe dos motoristas de aplicativos, que já beiram 75.000 só aqui na RMBH. Sendo assim, acho que temos de respeitar o mercado. Não sou eu, não é ele, não é nenhuma outra pessoa que pode determinar se está dando certo ou não. É o próprio mercado. E o mercado vem demonstrando que os aplicativos são, sim, uma solução eficiente para o nosso problema de mobilidade. Não é à toa que há tantos motoristas e tantos clientes. Dados recentes mostram que chegaram a 10 bilhões de corridas no mundo nos aplicativos. Então, é uma coisa que funciona, de fato, e traz a mobilidade urbana numa situação melhor. Qualquer um que entrar nessa questão rapidamente vai perceber que pessoas humildes, que antes não conseguiam se locomover, agora, pelo fato de ter um Uber que vai até suas casas – muitos são moradores de periferia, onde os táxis não atendiam, e eles tinham dificuldade de encontrá-los –, um Uber à disposição para eles, agora poderem pegar algumas corridas de emergência, bem como a gente vê uma crise econômica muito forte e, portanto, temos essa opção para renda dos trabalhadores que querem optar por uma vida mais digna através do trabalho e se colocam à disposição ao fazer essas corridas. Então, mais uma vez repito: não sou eu, não é ele, não é ninguém que pode falar isso no seu próprio mercado. E, uma vez que o mercado está crescente, há muita demanda e está realmente trazendo solução – e por isso está havendo essa crescente dos serviços e de motoristas à disposição –, fica claro que o serviço, sim, funciona; que o serviço, sim, é bom para a população. Já teve decisão no STF a favor de os municípios não poderem regular a respeito disso. Todo mundo caminha para a tecnologia, para a inovação, para realmente trazer solução aos usuários e motoristas. E aqui a gente vê esse retrocesso de tentar passar as coisas na marra e levar a briga para a Justiça, como ele mesmo bem disse. Mais uma vez, quero enfatizar aqui que devemos respeitar o mercado. E as leis do mercado são soberanas à vontade de alguns. E se o mercado está realmente demonstrando que há demanda, então, devemos respeitar e deixar o povo se utilizar dessa solução que ajuda tanto. Eu posso pagar 30%, 40% a mais em uma corrida, mas várias pessoas não podem, não conseguem. E são essas pessoas que a gente deve defender, bem como todos aqueles que estão no emprego digno e atrás do seu ganha-pão. Então, para que querer reduzir 75.000 motoristas, se eles estão à nossa disposição? Isso até melhora o tráfego, porque as pessoas deixam de ter carro para utilizarem os próprios aplicativos. Mais uma vez digo que sou a favor do livre mercado. Vamos brigar por isso e não deixar que esse decreto passe. Obrigado.

O deputado Bruno Engler – Sr. Presidente, quero adereçar a fala dos últimos oradores do Grande Expediente que ocuparam aquela tribuna. Primeiro, em relação à questão que foi levantada pelo deputado Cristiano, que falou da maneira como abordamos segurança pública nesta Casa. Ele desqualificou a defesa da segurança pública como um discurso classista e disse que aqui ninguém defende segurança pública, que o pessoal que trabalhava na área de segurança pública vem simplesmente defender a sua classe. Acho que essa afirmação é muito leviana. Hoje nós temos, sim, competentes deputados que integraram forças de segurança pública. Por serem do meio e conhecerem a realidade na ponta da linha, vêm aqui e fazem essa defesa de maneira muito competente. Então, deputados como Sargento Rodrigues, Coronel Sandro, Delegado Heli Grilo e Coronel Henrique, que é do Exército, mas também lida com segurança pública, falam com propriedade porque integraram as corporações e conhecem a realidade. Agora, eu sou um deputado que nunca tive a honra de integrar a força de segurança pública e sou visto, nesta Casa, como um deputado da segurança pública, porque bato nessa tecla e carrego essa bandeira. A gente faz aqui, sim, um debate de segurança pública. Ontem o deputado Cleitinho subiu à tribuna e falou da questão de que ele apoia o armamento civil e de que, para alguns bandidos, livro não é solução; solução é bala na cabeça. Até onde sei, o deputado Cleitinho nunca integrou a força de segurança pública. Ele acaba de afirmar que nunca integrou. Então, fazemos, sim, um debate de segurança pública. Pode não ser a posição do deputado, mas nós queremos mais rigor, nós queremos punições mais severas, nós queremos uma polícia que tenha mais autonomia para que possa agir de maneira mais enérgica. Quem dera se o Brasil fosse o País que ele descreveu: o País do prende e arrebenta, o País em que a polícia pode bater no vagabundo, o País em que a polícia tem autonomia para fazer o que bem entende. Mas infelizmente não é. O Brasil tem sido o País dos direitos humanos, o País que passa a mão na cabeça do marginal, o País onde o marginal filma um policial para dizer que vai mandar para o deputado amigo nosso a fim de garantir que terá a sua integridade física e os seus direitos respeitados; um marginal que horas antes tinha amarrado uma pessoa no capô de um carro para garantir que não ia tomar tiro da polícia. Então, é preciso respeitar, sim, a bancada aqui chamada de bancada da segurança pública, que faz um competente trabalho não só em defesa das categorias da segurança pública, mas lutando por uma segurança pública melhor para o nosso Estado de Minas Gerais. Quero adereçar também a fala de outra deputada, que trouxe aqui um tuíte do ministro da Educação como se fosse um ato de governo; um pronunciamento em rede social não é nenhuma portaria do MEC. O ministro da Educação fez uma piada. Ela pode não ter gostado, pode ter achado que foi de mau gosto e que não foi engraçada. Mas só uma piada não reflete a atividade do Ministério da Educação, mas foi usada como trampolim para criticar o MEC e a atuação do ministro. Vou falar também do avião que foi encontrado com 39kg de cocaína. Não era um tripulante do avião do presidente da República. Esse sargento já fez mais de 20 viagens junto à equipe da Presidência da República, já viajou junto da presidente Dilma, junto do presidente Temer e agora foi descoberto na Espanha que ele traficava drogas. A posição do presidente Bolsonaro foi exemplar: cobrou investigação e cobrou punição severa. Vocês podem ter certeza de que, se a Espanha decidir puni-lo severamente, nós não vamos ver o governo federal se prestar àquele papel patético que ele prestou quando tivemos um traficante brasileiro preso na Indonésia. O nosso governo ficou pedindo pela vida do vagabundo. Então, é lamentável que esse episódio tenha ocorrido, como já ocorreu em 1999, durante o governo de Fernando Henrique. É lamentável que aviões do governo sejam usados para o tráfico de drogas. Inclusive, o ministro Mandetta anteriormente já tinha feito a denúncia de que aviões do SUS, em governos anteriores, estavam sendo usados para o tráfico de drogas. Isso precisa ser apurado e combatido. Mas essa é a posição do governo Bolsonaro. Portanto, em relação ao ocorrido, só lamento que o vagabundo... Não vou chamá-lo de sargento da Aeronáutica porque não é digno de ser reconhecido como membro dela. É uma pena que o vagabundo não tenha sido pego na Indonésia, porque lá eles sabem lidar com traficante de drogas.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/5/2019

Às 15h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.060/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que atue firmemente em defesa da instalação da sede do Comitê da Bacia do Rio Grande no Estado;

nº 2.132/2019, dos deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que seja viabilizado, no âmbito do Conselho Estadual de Política Fazendária – Confaz –, a expansão para as demais fontes de energias renováveis, em especial a biomassa, do tratamento tributário conferido à geração fotovoltaica no Estado, considerado o limite de isenção para a geração distribuída de 5MW de capacidade de geração;

nº 2.134/2019, dos deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – e ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de providências para que sejam desenvolvidas linhas de financiamento e ações de atração de investidores para fornecimento de equipamentos e instalações necessários em empreendimentos de florestas plantadas e na transformação da madeira, em especial a produção de carvão vegetal;

nº 2.135/2019, dos deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado às Secretarias de Estado de Governo – Segov – e de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes – pedido de providências para que sejam revistas as competências e a estrutura funcional da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – de forma a permitir a assunção da responsabilidade pelas políticas de florestas plantadas;

nº 2.136/2019, dos deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e Gustavo Santana, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de providências para que seja dada continuidade aos leilões de energia de biomassa, separando os leilões que utilizam fontes de cavaco de madeira dos leilões que utilizam resíduos de biomassa;

nº 2.290/2019, dos deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e Gustavo Santana, em que requerem seja realizada visita ao Fórum GD 2019 – Região Sul, que reúne a cadeia produtiva do setor de geração distribuída com fontes renováveis em Florianópolis (SC), com a finalidade de expor oportunidades de negócios, barreiras regulatórias e jurídicas, inovação, financiamento, capacitação e perspectivas de crescimento do Estado na geração e aproveitamento de energias renováveis;

nº 2.291/2019, dos deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e Gustavo Santana, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os investimentos em grandes usinas solares;

nº 2.293/2019, dos deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e Gustavo Santana, em que requerem seja realizada visita aos Ministérios de Minas e Energia e do Desenvolvimento Regional, à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel –, à Frente Parlamentar Mista de Energias Limpas, à Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica e à Associação Brasileira de Energia Limpa, em Brasília, com a finalidade de discutir o desenvolvimento da cadeia produtiva das energias renováveis e a revisão da Resolução Normativa nº 482, de 2012, proposta pela Aneel;

nº 2.295/2019, dos deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e Gustavo Santana, em que requerem seja realizada visita da comissão à Associação Brasileira de Energia Eólica –ABEEólica –, à Associação Brasileira de Geração Distribuída – à ABGD – e à Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – ABSolar –, todas em São Paulo, com a finalidade de discutir o desenvolvimento da cadeia produtiva das energias renováveis e a revisão da Resolução Normativa nº 482, de 2012, proposta pela Aneel;

nº 2.296/2019, dos deputados Gil Pereira, Roberto Andrade e Gustavo Santana, em que requerem seja realizada visita ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, à Eletrobras, à Empresa de Pesquisa Energética – EPE – e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS –, todos no Rio de Janeiro, com a finalidade de discutir o desenvolvimento da cadeia produtiva das energias renováveis e a revisão da REN 482/2012, proposta pela Aneel.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2019.

Gil Pereira, presidente – Betinho Pinto Coelho – Roberto Andrade.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/5/2019

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre, Mauro Tramonte, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.324/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Secretaria de Cultura do Município de Poços de Caldas pela colaboração para o sucesso do Festival Literário de Poços de Caldas – Flipoços –, que a cada ano vem atraindo mais turistas para a cidade;

nº 2.325/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a relevância das festas e dos festivais culturais e gastronômicos do Estado;

nº 2.326/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada visita à vinícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, no Município de Caldas, para o conhecimento das atividades produtivas da empresa;

nº 2.327/2019, dos deputados Professor Irineu, Mauro Tramonte, Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais pedido de informações sobre o processo de restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção de Ravena, o cronograma de execução e a data prevista de conclusão da obra;

nº 2.328/2019, dos deputados Professor Irineu, Mauro Tramonte, Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para realização de intervenções de melhoria de infraestrutura no Parque Nacional da Serra da Canastra, inclusive com sinalização e calçamento de vias de acesso;

nº 2.329/2019, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer seja realizada visita à Vinícola Estrada Real, no Município de Três Corações, para conhecimento das atividades produtivas dessa empresa.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir a Sra. Fernanda Fonseca, assistente técnica da Rota do Queijo Canastra, e o Sr. João Leite, presidente da Associação dos Produtores de Queijo de

Minas Gerais e membro da Comissão Queijo Artesanal da Fiemg. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2019.

Gustavo Mitre, presidente – Mauro Tramonte – Professor Cleiton.

**ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/6/2019**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Marquinho Lemos, Antonio Carlos Arantes, Carlos Pimenta e Cleitinho Azevedo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a deficiência dos serviços de saneamento básico prestados pela Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – no tocante aos atrasos na construção e implantação das estações de tratamento de esgoto, aliados à má qualidade dos serviços prestados. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Bruna de Souza Otoni, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí; e Silvana Maria Araújo Mendes, prefeita de Pedra Azul; e os Srs. Tadeu José de Mendonça, presidente da Copanor e vice-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG; Antonio Claret de Oliveira Junior, diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG; Warlem Antônio José Barbosa, prefeito de Setubinha; Frei José Natalino Martins Jardim, pároco de Berilo e presidente da Cáritas Diocesana; Demário Vieira Batista, presidente da Câmara Municipal de Araçuaí; e Leandro Chaves Campos, presidente da Câmara Municipal de José Gonçalves de Minas. O presidente, deputado Doutor Jean Freire, coautor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Em seguida passa a palavra ao deputado Cleitinho Azevedo, coautor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente – Cássio Soares – André Quintão.

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/6/2019**

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Bráulio Braz, Fernando Pacheco, Glaycon Franco e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Doorgal Andrada, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São distribuídos em avulso, cada um por sua vez, os pareceres que opinam pela aprovação dos Projetos de Resolução n°s 9 a 12/2019, em turno único (relatores: deputado Glaycon Franco – Projetos de Resolução n°s 9 e 12/2019 – e deputado Hely Tarquínio – 10 e 11/2019). Registra-se a saída do deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, na forma do

Substitutivo nº 1 ao Vencido no 1º Turno, do Projeto de Lei nº 4.276/2017. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.277/2019, em turno único. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Doorgal Andrada – Laura Serrano – Fernando Pacheco.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/6/2019

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier e Guilherme da Cunha membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vitor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença da deputada Andréia de Jesus e do deputado Leonídio Bouças. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a segurança hídrica no Estado e comemorar o Dia do Meio Ambiente, por ocasião do lançamento da Frente Parlamentar pela Água e Segurança Hídrica. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, membro da coordenação do Movimento pelas Serras e Águas de Minas – MovSAM; Jeanine Renate Souza Oliveira, representante da SCBH Ribeirão Arrudas – Projeto Manuelzão e Movimento Preservação Serra do Gandarela; Isabella Almeida Guerra e Roberta de Abreu Fantini Scarpelli, representantes do Friday for Future Brasil; e os Srs. Marcus Vinícius Polignano, representante do Instituto Guaicuy; Leonardo Cardoso Ivo, representante do Lei.A – Observatório de Leis Ambientais; Rafael Câmara de Castro e Eduardo de Freitas Rodrigues Weber Gutseit, representantes do Friday for Future Brasil; e Gustavo Tostes Gazzinelli, representante do Gabinete de Crise Sociedade Civil – Plataforma Justiça Socioambiental. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos parlamentares e convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2019.

Repórter Rafael Martins, presidente – Guilherme da Cunha – Ulysses Gomes.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/6/2019

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão e Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os impactos da Medida Provisória nº 873 sobre o movimento sindical e os trabalhadores. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 5.349/2018 e 704/2019, ambos em turno único (deputado André Quintão), 1.745/2011, no 2º turno (deputado Celinho Sintrocel), e 709/2019, em turno único (deputado Mário Henrique Caixa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, dos Projeto de Lei nº 1.745/2011,

na forma do Vencido no 1º Turno. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.204 a 1.206 e 1.274/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.431/2019, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os desafios da política pública de assistência social na atual conjuntura em Minas Gerais e no Brasil e para lançar a Frente Parlamentar em Defesa do Suas;

nº 2.434/2019, do deputado Betão, em que requer seja realizada visita às dependências do Ipsemg na capital, em seus equipamentos próprios (Hospital Governador Israel Pinheiro – HGIP –, Centro de Especialidades Médicas – CEM – e Gerência Odontológica – Geodont), no Município de Belo Horizonte, para verificar as condições de trabalho dos servidores e credenciados no que se refere à sobrecarga laboral, à falta de pessoal para atender a demanda existente e às condições de trabalho no que se refere a insumos, materiais e equipamentos;

nº 2.435/2019, do deputado Betão, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Ubá, para debater a situação dos trabalhadores e a precarização das relações de trabalho do setor moveleiro de Ubá e região.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Pietra Gomes Ferreira, diretora de regionais do Movimento da Advocacia Trabalhista Independente; e Valéria Peres Morato Gonçalves, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB-MG; e os Srs. Antônio Fabrício de Matos Gonçalves, conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, presidente do Sindicato de Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCSTMG; Jairo Nogueira Filho, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG; Vinícius Marcus Nonato da Silva, presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de Minas Gerais – SINAD-MG; Humberto Marcial Fonseca, presidente do Instituto Declatra; e Sílvio de Magalhães Carvalho Júnior, presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB-MG. O presidente, deputado Celinho Sintrocel, autor requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2019.

Celinho do Sinttrocel, presidente – André Quintão – Betão.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/6/2019

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Mitre, Mauro Tramonte e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gustavo Mitre, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.362/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Festival Gastronômico Brasil Sabor pela sua 14ª edição e por fomentar a gastronomia em Minas Gerais;

nº 2.417/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao presidente da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur – pedido de informações sobre o conteúdo do dossiê encaminhado à Unesco para a candidatura dessa capital ao título de Cidade Criativa, que elevará mundialmente sua gastronomia e, por consequência, seu turismo;

nº 2.503/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância da cachaça mineira para a gastronomia e o turismo no Estado;

nº 2.504/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, à Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop –, à Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais em Santos Dumont pedido de providências para que firmem termo de parceria com a Fundação Casa de Cabangu, com vistas ao desenvolvimento do Museu Casa de Cabangu, administrado por essa instituição;

nº 2.505/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pedido de providências para dar apoio técnico à Fundação Casa de Cabangu, em Santos Dumont, com vistas ao desenvolvimento museológico do Museu de Cabangu, administrado por essa instituição;

nº 2.506/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a manutenção da concessão da Medalha Santos Dumont, honoraria criada pela Lei nº 1.493, de 16/10/1956, que se destina a premiar o mérito cívico de pessoas e entidades que se destaquem por sua contribuição ao desenvolvimento e ao progresso da aviação do País.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2019.

Virgílio Guimarães, presidente – Mauro Tramonte – Professor Cleiton.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 13/6/2019

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Beatriz Cerqueira e Leninha e os deputados Bartô e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Marília Campos, Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus e Laura Serrano e os deputados Marquinho Lemos, Antonio Carlos Arantes, Alencar da Silveira Jr., Carlos Pimenta, Gil Pereira, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Carlos Henrique, André Quintão, Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro, Inácio Franco, Léo Portela, Duarte Bechir, Cássio Soares, Celinho Sintrocel, João Vítor Xavier, Tadeu Martins Leite, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Doutor Jean Freire, Cleitinho Azevedo, Zé Guilherme, Guilherme da Cunha, Professor Irineu, Bruno Engler e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que esta reunião se destina a cumprir o que determina a Emenda à Constituição nº 99, de 2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Educação – SEE – relativa ao primeiro quadrimestre de 2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna, secretária de Estado de Educação. A presidenta da reunião, deputada Beatriz Cerqueira, faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra à secretária de Educação para que faça sua exposição. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação nº 2.705, de 2019, dão início às interpelações, que são respondidas pela convocada, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência faz as considerações finais, agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Coronel Sandro – Sávio Souza Cruz.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/6/2019

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ana Paula Siqueira e o deputado Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Celise Laviola, Marília Campos, Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues, Gustavo Valadares, Ulysses Gomes, Gustavo Santana, Professor Irineu, Roberto Andrade e Bruno Engler. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que esta reunião se destina a cumprir o que determina a Emenda à Constituição nº 99, de 2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública relativa ao primeiro quadrimestre de 2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Mario Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública. A presidente tece suas considerações iniciais e, ato contínuo, passa a palavra ao convocado para que faça sua exposição. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação nº 2.705, de 2019, dão início às interpelações que são respondidas pelo convocado, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2019.

Delegada Sheila, presidente – Ana Paula Siqueira – Zé Reis.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/6/2019

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bruno Engler, Charles Santos, Guilherme da Cunha e Virgílio Guimarães (substituindo a deputada Ana Paula Siqueira, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Poliana Rezende de Andrade, presidente da Câmara Municipal de Carrancas, publicada no *Diário do Legislativo* em 6/6/2019. A deputada Celise Laviola abdica da relatoria do Projeto de Lei nº 713/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 806 e 827, no 1º turno, e 808/2019, em turno único (Ana Paula Siqueira), 713, 809, 817, 823 e 826/2019, no 1º turno (Bruno Engler), 810 e 830, no 1º turno, 800 e 835/2019, em turno único (Celise Laviola), 754, 819, 822 e 833/2019, no 1º turno (Charles Santos), e 792/2019, Projeto de Lei Complementar nº 10/2019, Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2019, no 1º turno, Projetos de Lei nºs 815/2019, em turno único (Dalmo Ribeiro Silva), e 787, 821/2019, Projetos de Lei Complementar nºs 8 e 9/2019, no 1º turno (Guilherme da Cunha), e Projetos de Lei nºs 755, 802, 811, 816, 818, no 1º turno, e 814/2019, em turno único (Zé Reis). A presidência comunica que será solicitada a reiteração dos pedidos de informações referentes aos Projetos de Lei nºs: 4.334 a 4.337, 4.352, 4.360, 4.362, 4.370, 4.372, 4.379, 4.380, 4.399, 4.408, 4.409, 4.420 a 4.422, 4.426, 4.441, 4.454 a 4.456, 4.470, 4.487, 4.489, 4.491, 4.492, 4.530, 4.531, 4.556, 4.604, 4.349, 4.397, 4.413, 4.423, 4.453, 4.463, 4.481, 4.482, 4.484, 4.503, 4.511, 4.533, 4.551, 4.567, 4.569, 4.572 e 4.619/2017. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de

pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres, todos no 1º turno, pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 54/2019 (relator: deputado Bruno Engler, em virtude de redistribuição), 819/2019 (relator: deputado Charles Santos) e 679/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva), este último na forma do Substitutivo nº 1. O Projeto de Lei nº 2.649/2015, no 1º turno, (relator: deputado Charles Santos) é baixado em diligência à Secretaria de Estado de Governo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 5.323/2018 (relator: deputado Bruno Engler) e 430/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva Parecer); e pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 5.343/2018 (relator: deputado Guilherme da Cunha, em virtude de redistribuição), todos em turno único. São baixados em diligência aos respectivos autores os Projetos de Lei nºs 5.471/2018 (relator: deputado Virgílio Guimarães, em virtude de redistribuição); 757/2019 (relator: deputado Bruno Engler, em virtude de redistribuição) e 760/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Bruno Engler – Ana Paula Siqueira – Guilherme da Cunha – Charles Santos – Zé Reis.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/6/2019

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Thiago Cota e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do Sr. Sérgio Gusmão Suchodolski, presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, e da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, publicados no *Diário do Legislativo* de 7/6/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.358/2015, no 1º turno (deputado Glaycon Franco), Projeto de Lei nº 948/2015, no 1º turno (deputada Laura Serrano), Projeto de Lei nº 2.895/2015, no 1º turno (deputado Thiago Cota). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 1.463/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.405/2019. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 2.555/2019, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para conhecer as iniciativas e boas experiências apresentadas no Prêmio Bom Exemplo que impactam diretamente o desenvolvimento econômico de nossa comunidade e de nosso estado.

nº 2.630/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada reunião para a entrega do voto de congratulações à empresa Bebidas Jota Efe, de Ouro Fino, na pessoa do Sr. Harriman Faria, oriundo de requerimento apresentado nesta Casa pelos 70 anos de sua fundação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2019.

Glaycon Franco, presidente – Virgílio Guimarães – Laura Serrano – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/6/2019

Às 14h4min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Carlos Pimenta, Professor Cleiton e Professor Irineu, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Rosângela Reis, Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus e Laura Serrano e os deputados Antonio Carlos Arantes, Gil Pereira, Arlen Santiago, André Quintão, Celinho Sintrocel, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Cleitinho Azevedo, Mauro Tramonte, Guilherme da Cunha, Zé Reis, Bartô, Bruno Engler e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que esta reunião se destina a cumprir o que determina a Emenda à Constituição nº 99, de 2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Governo relativa ao primeiro quadrimestre de 2019, com a apresentação do relatório detalhado de informações pelo gestor do SUS no Estado, em cumprimento do art. 36, § 5º, da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012, que dispõe sobre normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Consuelo Aparecida Gonzaga, conselheira estadual de Saúde e membro da Câmara Técnica de Orçamento do Conselho Estadual de Saúde, representando o vice-presidente; e os Srs. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde; Luiz Marcelo Cabral Tavares, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Saúde; Fabrício Henrique dos Santos Simões, presidente do Cosems Regional de Belo Horizonte e secretário Municipal de Saúde de Pedro Leopoldo, representando o presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems-MG; Narcélio Alves Costa, presidente do Colegiado dos Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais – Cosecs-MG; e Pedro Henrique Magalhães Azevedo, analista de controle externo do Tribunal de Contas do Estado, representando o presidente dessa corte. O presidente da reunião, deputado Carlos Pimenta, tece suas considerações iniciais e logo após passa a palavra ao convocado, para que faça sua exposição. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação nº 2.705, de 2019, dão início às interpeleções, que são respondidas pelo convocado, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência tece suas considerações finais, agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2019.

Carlos Pimenta, presidente – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Doutor Paulo.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/6/2019

Às 10h30min, comparece na Sala das Comissões o deputado Professor Irineu (substituindo o deputado Coronel Sandro, por indicação da liderança do BLP), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os procedimentos relativos ao processo de adoção de crianças e adolescentes em Minas Gerais e colher sugestões que facilitem e incentivem a adoção. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Valeria da Silva Rodrigues Queiroz, desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG; Larissa Fernanda Machado Jardim, representante da Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção; Sandra Maria Teodora Amaral, presidente do Grupo de Volta pra Casa; Joyce Aparecida da Paz, conselheira tutelar; Mônica Rodrigues Corrêa,

presidente do Instituto Adotar; Cristieley Caroline de Azevedo, conselheira tutelar; e o Sr. Fernando Malta, advogado. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2019.

Leninha, presidente – Marquinhos Lemos.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/6/2019

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Doorgal Andrada, Cássio Soares e João Magalhães, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas comissões. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento e avoca para si a relatoria do Projeto de Lei nº 734/2019, em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Hely Tarquínio, sobre o Projeto de Lei nº 734/2019, que opina pela aprovação com as Emendas nºs 27, 29, 34, 62 e 117 apresentadas por parlamentares, com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 3, 4, 7, 13, 19, 20, 26, 60, 119, 132 e 133 e com as Emendas nºs 157 a 166, apresentadas ao final do parecer, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 6, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 21 a 25, 28, 30 a 33, 35 a 39, 42 a 45, 47, 48, 49, 51, 54, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 68 a 74, 76, 78, 81 a 88, 90 a 95, 98, 101 a 107, 109, 111, 112, 115, 116, 120, 125 a 131, 134 a 140, 142, 143, 145 a 150 e 153 a 156. As Emendas nºs 3, 4, 7, 13, 19, 20, 26, 60, 119, 132 e 133 ficam prejudicadas pela aprovação das respectivas subemendas. As Emendas nºs 14, 53, 96, 97, 108, 113, 123, 124, 141 e 152 ficam prejudicadas pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4. As Emendas nºs 110 e 151 ficam prejudicadas pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 7. As Emendas nºs 79, 80, 89 e 114 ficam prejudicadas pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 26. A Emenda nº 118 fica prejudicada pela aprovação da Emenda nº 27. A Emenda nº 46 fica prejudicada pela aprovação da Emenda nº 34. A Emenda nº 144 fica prejudicada pela aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 60. A Emenda nº 50 fica prejudicada pela aprovação da Emenda nº 157. As Emendas nºs 5, 8, 18, 40, 41, 52, 55, 58, 66, 67, 75, 77, 99, 100, 121 e 122 ficam prejudicadas pela aprovação da Emenda nº 166. A Emenda nº 2 foi retirada pelo autor. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros para a reunião de hoje, às 14h15min, e convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada hoje, às 17h20min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2019.

Hely Tarquínio, presidente – Virgílio Guimarães – Doorgal Andrada – Fernando Pacheco – Laura Serrano – João Magalhães.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/6/2019

Às 13h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Betinho Pinto Coelho. Havendo número regimental, o presidente, deputado Betinho Pinto Coelho, declara aberta a reunião e suspende os trabalhos. O presidente, deputado Gil Pereira, declara reabertos os trabalhos e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Registra-se a presença dos deputados Betinho Pinto

Coelho, Coronel Henrique, Leandro Genaro, Roberto Andrade, Guilherme da Cunha e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Inácio Franco, Noraldino Júnior, Doutor Jean Freire, Mauro Tramonte, Professor Irineu e Zé Reis. A presidência informa que a reunião se destina a debater o desenvolvimento e a regulação da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis como solar fotovoltaica, eólica, de biogás e de biomassa, além de pequenas centrais hidrelétricas - PCHs - e sistemas de cogeração. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende debate público. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Bárbara Rubim, vice-presidente de Geração Distribuída da ABSolar, representando o Sr. Rodrigo Lopes Sauer, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar – ABSolar; Elbia Silva Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica – ABEEólica; e os Srs. Rodrigo Santana, assessor de diretoria da Aneel; Maxwell Cury Júnior, analista de Pesquisa Energética e Coordenador dos Estudos de Transmissão em MG, GO e DF, representando o presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; Luiz Eduardo Barata Ferreira, diretor-geral da Operador Nacional do Sistema Elétrico; Reive Barros dos Santos, representante do Ministério de Minas e Energia; Márcio Danilo Costa, presidente da Câmara de Energia da Fiemg; Mário Ferreira Campos Filho, presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais – Siamig; Ronaldo Amaral Santana, gerente de Negócios do BDMG, representando o presidente desse banco; Paulo Antônio Skaf Filho, empresário do Setor de Energia de Biomassa e Fundador da Combio Energia; Cledorvino Belini, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig; Mário A. A. Coelho, presidente da Associação Brasileira de Biogás e Metano; Manoel Vitor de Mendonça Filho, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; João Nilton Castro Martins, superintendente estadual do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo do Banco do Nordeste do Brasil, representando o presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB; João Paulo Barra Palmieri, analista do Sebrae-MG; Carlos Alexandre Frosini Evangelista, presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída – ABGD; Marcelo Jaques Martins, gestor da Área de Prospecção e Estruturação de Negócios de Geração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás –, representando o Sr. Wilson Ferreira Júnior, presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás; Alexandre Siciliano Esposito, gerente do Departamento de Energia Elétrica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, representando o presidente desse banco. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2019.

Gil Pereira, presidente – Betinho Pinto Coelho – Coronel Sandro.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/6/2019

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Zé Guilherme, Fábio Avelar de Oliveira e André Quintão (substituindo o deputado Elismar Prado, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater o tema “O estímulo às práticas esportivas e à formação profissional infantojuvenil relacionadas às atividades náuticas como promoção do desenvolvimento social”. O presidente avoca a si a relatoria do relatório com os desdobramentos da reunião com a secretaria de Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, ocorrida em 12/6/2019, em que a secretária prestou informações sobre sua gestão referente ao primeiro quadrimestre de 2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.771/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a alteração do atual processo de distribuição de equipamentos esportivos, de modo a transferir para os municípios, mediante financiamento do Estado, a atribuição de adquirir esses equipamentos;

nº 2.772/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja realizada audiência pública desta comissão para debater o financiamento do esporte, em especial as normas estaduais de incentivo a projetos esportivos – Lei nº 16.318, de 2006, e Lei nº 20.824, de 2013;

nº 2.773/2019, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a criação de mecanismos de incentivo para que os municípios sediem os Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg –, já que muitos não têm condições de arcar com os custos desse evento.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Paulo Bustamante e Ricardo Sergio Dias Ângelo, respectivamente, diretor-geral e diretor de Relações Institucionais da Executiva Promoções Ltda. O presidente faz suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2019.

Zé Guilherme, presidente – Ulysses Gomes.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/6/2019

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, Léo Portela, Bartô e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Dalmo Ribeiro Silva, João Vítor Xavier, Antonio Carlos Arantes e Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir o chefe da Polícia Civil, em prosseguimento ao Assembleia Fiscaliza, sobre a gestão da Polícia Civil de Minas Gerais relativa ao primeiro quadrimestre de 2019, em especial quanto ao número de inquéritos policiais instaurados e relatados, destacando-se os relacionados a crimes violentos;

número de efetivo existente, o atual deficit em cada carreira policial e convocação de excedentes; política de pagamento de ajuda de custo, diferença de promoção e férias-prêmio; realização de cursos de capacitação e treinamento, abrangendo sua periodicidade; aquisição de equipamentos de proteção individual e viaturas; condições de trabalho e fornecimento de materiais necessários ao exercício da atividade; ampliação e reforma de edificações; plantão regionalizado e sobre o atendimento dos policiais civis e suas famílias pelo Instituto de Previdência dos Servidores Civis – Ipsemg. O presidente comunica que a matéria constante na pauta foi apreciada em reunião anterior. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa o Sr. Wagner Pinto de Souza, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG. O presidente da reunião, deputado Sargento Rodrigues, tece suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra ao convocado, para que faça sua exposição. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação nº 2.705/2019, dão início às interpelações, que são respondidas pelo convocado, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Bruno Engler.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 1º de julho de 2019, destinada a homenagear o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, a Polícia Militar de Minas Gerais, a Polícia Civil de Minas Gerais, a Defesa Civil de Minas Gerais e os Bombeiros Civis pelas atuações em Brumadinho.

Palácio da Inconfidência, 28 de junho de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Celise Laviola, Delegada Sheila e Leninha, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 1º/7/2019, às 9 horas, à Delegacia de Mulheres do Município de Contagem, com a finalidade de conhecer sua estrutura e funcionamento.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2019.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Glaycon Franco, Fábio Avelar de Oliveira e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/7/2019, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o estágio atual do cooperativismo no Estado, por ocasião das comemorações do Dia Internacional do Cooperativismo, na primeira semana de julho.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2019.

Thiago Cota, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, Cássio Soares, Glaycon Franco e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/7/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir, na condição de testemunhas, os Srs. Tércio Andrade Costa, operador do radar interferométrico da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, e Tales Bianchi, gerente de planejamento da Vale S.A., para prestarem esclarecimentos a essa comissão sobre o rompimento da Barragem B1 da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25/01/2019.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2019.

Gustavo Valadares, presidente.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/6/2019

O deputado Elismar Prado – Sr. Presidente, deputados e deputadas, público que acompanha a TV legislativa. Quero, nesta oportunidade, também fazer repercutir a notícia do jornal *O Tempo*, de ontem, que traz a afirmação do governador Romeu Zema sobre a sua intenção de tirar da população a decisão sobre a venda das estatais mineiras Cemig e Copasa. Realmente é muito grave essa tomada de decisão do governo, num momento em que vivemos uma grave crise de confiança das nossas instituições e que abate, inclusive, todos nós. Recai sobre todos nós.

O governador, que foi votado pelos mineiros, que recebeu o voto de confiança, agora simplesmente quer cassar dos mineiros o direito de participar das decisões daquilo que é de interesse de toda a população. Está previsto na Constituição do Estado a participação direta da população através, por exemplo, do referendo. O governo precisa ouvir a população. E simplesmente ele quer remeter a esta Casa uma proposta de emenda à Constituição, para que os deputados desta Casa não possam cassar o direito do povo de Minas de participar desse processo.

Isso é lamentável, porque nos leva a pensar que o governador acha que a participação do cidadão resume-se, está confinada apenas ao direito de votar ou à existência das eleições; que ele não pode participar do processo; que ele não pode exercer, ter a oportunidade de fiscalizar, junto conosco, os atos do Poder Executivo, bem como de fiscalizar esta Casa.

Nós temos na Constituição vários mecanismos prevendo a participação direta da população, através das nossas comissões, das audiências públicas, dos referendos, das consultas públicas.

Betão, eu acho que a democracia representativa é muito limitada. Imagine só uma população de mais de 20 milhões de pessoas, que é a população de Minas Gerais... Nós não temos a intenção aqui, os 77 deputados, de representar exatamente a vontade de mais de 20 milhões de mineiros. Por isso nós temos instrumentos para fazer todo esse acompanhamento, para que a população possa acompanhar de que maneira os deputados e as deputadas desta Casa se posicionam, como votam e de que maneira o governador está fazendo a sua gestão.

Eu acho que não é prudente silenciar o cidadão, deixando a sua participação restrita apenas ao momento da eleição. Ora, o governador imagina que o povo só serve para votar? É uma coisa muito séria. A Cemig é um patrimônio do povo de Minas Gerais e

não se pode simplesmente vender um patrimônio assim. Por isso está previsto na Constituição que é necessário ouvir o povo. Precisamos aprender a descer do palanque. Os governos precisam sair de seu palácio e ouvir o povo lá na rua, da mesma forma que nós fizemos no processo eleitoral para pedir o voto de confiança da população, que nos trouxe até aqui, que elegeu o governador, que elegeu o presidente, os senadores; enfim, a população tem o direito de acompanhar.

É isso que ocorre em todos os países modernos do mundo. Essa democracia representativa é combinada com a participação direta da população. É o que tem ocorrido no mundo todo devido a todas as limitações; e aqui não.

Então, digo aqui, com toda convicção, que essa não é uma postura de um governo que se diz novo, moderno, que veio trazer uma nova forma de governar. Na verdade, ele deveria, sim, saber ouvir a população. Essa é uma postura de governos autoritários, que querem confinar o povo apenas no seu direito de votar. E olha que o povo é obrigado a votar. O voto é obrigatório. A população, no dia da eleição, sai da sua casa, deposita ali a sua esperança e o seu sonho de mudança e, depois, ela não tem o direito de participar, de expressar a sua vontade e a sua opinião. Será que a população é considerada incapaz de participar das tomadas de decisão? Ainda mais aí se tratando de questão de altíssimo interesse público, que é o caso da possibilidade de venda da Cemig e Copasa. A exemplo do que já aconteceu em outros estados, com as privatizações das concessionárias de energia elétrica, o que houve? Nós já temos esse exemplo. Basta observar o que ocorreu nos estados onde houve essa mesma privatização. Houve demissão, mais precarização, redução da qualidade do serviço e, pior ainda, ainda mais abusos com aumentos na conta de luz, aumentos mais abusivos do que a gente já tem hoje.

Acho que não é sensato essa decisão de simplesmente retirar da população o direito que está previsto na Constituição do Estado de, através do referendo do povo, decidir se quer ou não vender a Cemig, se quer ou não vender a Copasa. Precisamos abrir um intenso debate com a garantia da população de que teremos melhoria na qualidade dos serviços prestados e tarifas justas. Já disse aqui – e repito – que onde ocorreu esse processo houve piora na qualidade dos serviços e também mais abuso com aumentos sucessivos na conta de luz.

Então, espero que o governo, que foi legitimado por cerca de sete milhões de eleitores, possa se voltar a esses eleitores e, muito mais, se voltar a toda a população do Estado, de maneira humilde, cumprir o que diz a Constituição do Estado e perguntar ao povo se concorda ou não com todos esses processos. Ora, não podemos receber o voto de confiança da população e, depois, cada um e cada uma, o governador, o presidente, os senadores ou quem seja que ocupa um cargo eletivo fazer o que vier à cabeça, fazer o que quer, sem consultar, sem se orientar, sem se reportar ao eleitor. Nós somos servidores do povo. O governador também é um servidor do povo de Minas Gerais e não recebeu um cheque em branco da população para fazer o que bem entender. Acho que é muito delicada essa questão, por isso nós temos mecanismos de controle, freios, a fim de evitarmos qualquer abuso por parte do governante.

Então, deixo aqui a minha posição. Sou totalmente contrário a essa decisão do governador de privatizar as nossas empresas estatais. Sou a favor de mais controle, mais rigor nesses processos de fazermos uma grande mobilização, inclusive, com relação às nossas agências reguladoras, que prestam um desserviço, não representam e não defendem os nossos consumidores e advogam em favor dos grandes grupos econômicos e das concessionárias, autorizando aumentos abusivos na conta de luz. Nós precisamos é de modicidade tarifária e serviço de qualidade.

E, se promoverem a venda da Cemig, o que é muito ruim pode ficar muito pior: mais aumentos ainda, mais abusos na cobrança da nossa conta de luz e redução da qualidade dos serviços.

Então, espero que o governador possa rever a sua posição e realmente entender que ele recebeu o voto de confiança de cerca de 7 milhões de mineiros. Nós temos um instrumento legal na nossa Constituição que deve ser respeitado: a possibilidade de a população poder participar diretamente de questões de grande interesse do Estado. Isso é lamentável, ainda mais em um governo que se diz novo. Já disse aqui, quanto ao novo, que o que ocorre hoje nas demais democracias pelo mundo é uma maior participação, a população não resume seu direito apenas ao momento do voto. Na verdade, ela pode acompanhar, no decorrer dos quatro anos do

nosso mandato, dos quatro anos da gestão do governador e do presidente; o povo pode acompanhar se o seu representante está realmente fazendo jus a seu voto de confiança, se está honrando, com dignidade, o voto de confiança que recebeu. Eu acho muito sério você simplesmente receber o voto e virar as costas para o eleitor.

Então, espero que o governador não envie para esta Casa essa proposição, mas, se realmente ele insistir nesse grave erro, espero que esta Casa possa derrubá-la. Eu já falo aqui, com convicção: não vou cassar o direito do eleitor de poder participar do processo de decisão, de poder dizer se aceita a privatização das nossas empresas ou não. Não podemos retirar da Constituição este mecanismo de controle: a participação direta da nossa população.

Era o que tinha a falar, presidente. Gostaria que os demais deputados pudessem se manifestar com relação a essa questão, que é muito séria e que pode custar muito caro a todos os eleitores de Minas Gerais. Nós defendemos redução na tarifa de energia, redução da carga tributária de uma população que está sendo sacrificada. O governador não pode querer descontar, nas costas do povo trabalhador, da população pobre, a conta dessa crise. O governador deveria negociar, por exemplo, com o governo federal, a compensação da Lei Kandir. Em duas décadas, Minas Gerais deixou de arrecadar cerca de R\$100.000.000.000,00, com os efeitos da Lei Kandir. O governador deveria, em vez de jogar a crise nas costas do povo, fazer duramente essa negociação, com o apoio desta Casa, para que Minas Gerais se recupere e possa resolver as suas finanças sem sacrificar ainda mais a vida do povo trabalhador. É isso, presidente. Agradeço.

O deputado Carlos Pimenta – Caro presidente Antonio Carlos Arantes, senhoras e senhores, boa tarde! Quero também, neste espaço que temos aqui, fazer uma abordagem, da mesma forma que o deputado Elismar fez, acerca desse processo que certamente vai chegar a esta Casa, a solicitação do governador, e, para aderir ao ajuste fiscal do governo federal, ele terá que cumprir uma contrapartida que vai dar o que falar, gerar muitas discussões, e uma delas será a obrigatoriedade de privatizações de empresas do nosso estado.

Falam na privatização da Codemig, sendo que, na verdade, a Codemig é detentora talvez de uma das maiores riquezas que o Estado tem, que é o minério, o nióbio, localizado lá no Triângulo Mineiro – um metal extremamente cobiçado no mundo todo. Poucas pessoas conhecem a importância do nióbio. A maioria do povo brasileiro não sabe que o Brasil e Minas Gerais é detentora dessa mina que representa 95% do nióbio do mundo todo. Isso está aqui no Brasil, aqui em Minas Gerais. É um metal extremamente nobre, que é usado numa mistura com a liga de aço para produzir também uma outra liga muito resistente e utilizada na produção da carcaça dos mísseis balísticos, dos foguetes espaciais, e nós temos a detenção desse minério.

O governo passado tentou, aqui na Casa, fazer a privatização, isto é, vender grande parte das ações da Codemig, e nós resistimos bravamente porque passamos a entender a importância da Codemig para o processo industrial, para o processo comercial, e para poder gerar riqueza para a população do nosso país, e, de maneira muito especial, de Minas Gerais. Então é uma opinião que já temos formada. Esta Casa terá uma responsabilidade, uma grave responsabilidade quando apreciar esse pedido de privatização da Codemig, e a Codemig é detentora dessa mina, da maior parte das ações dessa mina que representa uma riqueza incalculável para o nosso país.

Outro ponto que vamos abordar também, e vou deixar para falar da Cemig por último, é a questão da Copasa. A presidente da Copasa esteve aqui, na sabatina que foi feita no Assembleia Fiscaliza. Conversamos com a presidente, conversamos com a diretoria da Copasa, e confesso que não senti nenhum tipo de firmeza por parte dos dirigentes da Copasa em querer convencer esta Casa de que não seria um bom negócio a privatização da Copasa.

Achei que o pessoal está meio que aceitando esse processo que vai acontecer, mas tive o cuidado de conversar com alguns municípios que têm convênio com a Copasa, que passaram a concessão para a Copasa.

E são concessões longas, de 30 anos, que basicamente tiram a autonomia dos municípios, tiram qualquer poder de barganha dos municípios com a Copasa para melhorar os serviços, para poder ampliar os serviços de abastecimento de água, para tratar da

recuperação das nascentes dos nossos rios e dos nossos córregos que são utilizados para fornecer a água que nós bebemos, a água que utilizamos nas nossas casas, nas indústrias. Então, os municípios ficam quase adormecidos por um período muito grande de três décadas, 30 anos, e a Copasa muitas vezes não dá uma contrapartida como deveria dar. Temos que discutir isso à exaustão. Não é porque o Estado está aí precisando desse ajuste que nós vamos simplesmente, meu caro Elismar, dar o nosso “de acordo” sem um aprofundamento nas questões, nas discussões, porque não é a Copasa a detentora do serviço. Ela tem apenas a concessão, embora seja longa, mas é uma concessão transitória. Os verdadeiros donos do serviço de abastecimento de água são a população de cada município. E a gente está vendo aí as câmaras municipais inconformadas com o precário atendimento da Copasa, que demora no processo de despoluição dos nossos rios, que muitas vezes fornece a água mas cobra o esgoto quase pelo mesmo preço da água fornecida. A grande maioria dos municípios que não têm tratamento de esgoto e assim mesmo cobram taxa desse serviço causam uma inconformidade muito grande, uma incoerência, uma insatisfação muito grande na população. A população precisa ampliar o serviço, a Copasa o faz na hora em que quer, na hora em que bem entende e pronto, não dá nenhuma outra satisfação. Então, a Copasa não está com essa bola toda com os municípios mineiros, não. Eu tenho certeza de que muitas cidades que possuem serviços próprios de fornecimento de água, de captação, de tratamento de água não são aderidas à Copasa. Eu cito, por exemplo, Poços de Caldas. Conversando com pessoas ligadas a essa cidade, percebi que elas estão extremamente satisfeitas com o serviço de água e esgoto do SAE de Poços de Caldas e outras cidades. Então a Copasa não é essa unanimidade que eles estão pensando, não.

Fizemos muita crítica aqui na Casa, a gente falava, denunciava que, quando a Copasa pegava a concessão de um município, ela se interessava única e exclusivamente por sua sede, ficando os distritos descobertos, sem abastecimento, sem tratamento. E quando você ia à Copasa, diziam: “Ah, o distrito não tem o número de casas suficiente, dá prejuízo”. A visão da Copasa era apenas econômica, financeira. Eu estou dizendo que não estou ainda convencido de que a Copasa seja intocável. Eu já falei isso uma vez e vou repetir pela segunda vez. Quero ser convencido do contrário, quero ver as ações da Copasa pelo menos agradarem a maioria do povo mineiro. Se fizerem hoje uma pesquisa na maioria dos municípios, veremos que a maioria dos habitantes não está satisfeita com o serviço apresentado pela empresa.

Por último, Elismar, a questão, meu irmão, da Cemig. O presidente da Cemig veio aqui e disse, em alto e bom som, naquela reunião em que o senhor estava presente também, que ela não tem poder de investimento hoje. Ela precisaria de R\$21.000.000.000,00 para investir na ampliação, na modernização, na infraestrutura para acompanhar a demanda que hoje tem de energia aqui, no nosso Estado de Minas Gerais.

Há dois anos, muito embora o governador tenha esperneado, a Cemig perdeu as concessões das hidrelétricas de São Simão, de Miranda, de Jaguará e de várias outras. Perdeu mais da metade da energia gerada por ela. O governo federal, o governo Temer colocou em leilão e arrecadou quase R\$13.000.000.000,00 com a venda dessas empresas que eram da Cemig e que, por falta de investimento, ela perdeu. Vai perder outras, porque há mais três empresas, três usinas geradoras de energia que serão leiloadas no ano que vem. Então, o que está acontecendo na verdade? A Cemig está encolhendo, já não é a empresa que produz a melhor energia do país. A Cemig produz a energia mais cara do país, a 5ª mais cara energia industrial do mundo. E ela, infelizmente, se encolhe a cada dia por falta de investimento.

Então, o discurso que o senhor está fazendo aqui, Elismar, praticamente perde o sentido, porque não estamos preparados e nem sequer motivados para defender uma empresa cujo presidente veio a esta Casa e falou que o único caminho que tem para a Cemig é o da privatização.

Trago o maior exemplo de que a Cemig está desviando o seu foco para as energias limpas, sustentáveis, como a fotoelétrica, que tem projetos, que tem já usinas instaladas com grande capacidade, a fotovoltaica e a energia eólica. São energias importantes. A Cemig tem de se preparar.

Está aqui o deputado Gil Pereira, que é o presidente de uma comissão, e sabe perfeitamente que, se a Cemig não se preparar para, pelo menos, analisar os projetos que entram, superar os entraves burocráticos e ambientais, vai perder as usinas hidráulicas e hidrelétricas e vai perder também as usinas fotovoltaicas que tem para instalar. Lá na nossa região estamos precisando de investimentos urgentes, de celeridade da Cemig em analisar os projetos que estão lá engavetados, mas não tem capacidade. Ficam aí arrumando desculpas e não conseguem levar adiante esse processo.

Então, estamos aí dizendo – viu, Cleitinho? – que não estou preparado, não tenho vontade, não tenho nenhuma razão para defender empresas burocráticas, ultrapassadas, como a Copasa, como a Cemig, que já foram unanimidade no passado e cujos presidentes, agora, estão aí caindo de joelhos para serem privatizadas.

A discussão tem de ser feita à luz da realidade. E a realidade hoje, meu irmão, não é essa que estamos vendo aí, não. É importante que o governo primeiro defina se quer realmente que essas empresas sejam lucrativas e invista nelas, e não simplesmente lave as mãos, porque já não estão recebendo quase nada.

Já estão quase privatizadas, praticamente privatizadas, e querem mandar a bomba aqui para a Casa, para ficarmos aguentando sindicatos e não sei o que mais e defender uma massa falida.

Deputado Gil, perdoe-me, desculpe-me. Estamos comungando com as mesmas ideias. Não vou ser bucha de canhão para ficar defendendo massa falida aqui, não. Se tiver de defender, defendo, mas me prove o contrário, porque, até então, Copasa e Cemig já deram o que tinham de dar e devem ser remodeladas e ter uma mudança de curso para que o povo mineiro sinta orgulho dessas empresas novamente.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, meu querido amigo, deputado Antonio Carlos Arantes; deputadas; deputados aqui presentes; telespectadores da TV Assembleia, concedo imediatamente um aparte ao meu querido irmão, deputado Gilberto, Gil Pereira.

O deputado Gil Pereira (em aparte)* – Boa tarde, presidente; boa tarde, deputado João Leite, grande líder de Minas Gerais que está fazendo mais um belo trabalho na questão dos trens! Quero iniciar, João, minha fala para dizer que realmente você é a nossa referência e tem total apoio nosso, porque o seu trabalho realmente é de resgatar Minas Gerais, as tradições de Minas Gerais.

A Vale tem obrigação, sim, de investir esses recursos, os R\$6.000.000.000,00 em Minas Gerais, porque, se a Vale hoje é essa potência, deve ao Estado de Minas Gerais. E R\$6.000.000.000,00 é muito pouco. Então, você pode contar com este deputado, você pode contar com esta Casa, sob a liderança do nosso presidente Agostinho Patrus. Tenho certeza também que os deputados federais e os senadores de Minas Gerais têm que dar todo apoio a você, porque você está liderando esse importante processo de resgate de Minas Gerais. E R\$6.000.000.000,00 é muito pouco para a Vale, porque ela já lucrou muito mais de US\$6.000.000.000,00, e não de reais. Então, conte com o nosso apoio.

Quero dizer também, João, que ontem nós fizemos uma audiência pública da Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos aqui, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e tivemos o privilégio de contar com o Dr. Reive, secretário-executivo do Ministério do Planejamento; diretores da Aneel, da OMS, da EPE, do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES – e do Banco do Nordeste. Também estiveram o presidente da Cemig, o Dr. Belini – foi muito expressiva essa audiência –, e o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Manoel Vítor. Então, pudemos ficar mais de 6 horas debatendo sobre energias renováveis. Havia mais de quatrocentas pessoas presentes, e nós podemos dizer hoje que a energia renovável, principalmente a fotovoltaica, é realmente um sucesso em Minas Gerais. Nós temos mais de 20% de todas as energias renováveis fotovoltaicas em Minas Gerais e queremos ampliar ainda mais e ampliar não só a fotovoltaica, mas a eólica, a da biomassa e do biogás – energia renovável mais barata e energia limpa para o nosso Estado de Minas Gerais, gerando empregos de qualidade também. Muito obrigado e parabéns pelo seu trabalho. Pode contar sempre com o meu apoio.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Gil Pereira. Parabéns pelo seu trabalho também nesse tema tão fundamental! O deputado Carlos Pimenta colocou a preocupação em relação à energia, à Cemig, e V. Exa. vem com a resposta pronta. E tanto V. Exa. quanto o deputado Carlos Pimenta sabem como é importante e como nós estamos perdendo essa energia lá, do Norte, tão amado por todos nós, a que vocês pertencem, e que é uma fonte natural de energia. Parabéns. Estou torcendo pelo seu trabalho, que é em favor de todo o nosso estado. Parabéns!

O deputado João Leite* – Ontem, deputado Gil Pereira, deputadas, tivemos, em Belo Horizonte, uma audiência obrigatória da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres – sobre a antecipação da renovação da concessão ferroviária, agora, do trecho da MRS Logística. Interessante porque, quando a Vale veio a Belo Horizonte, fizemos a audiência na Assembleia Legislativa, naquele grande Auditório José Alencar, com transmissão para mais de 300 municípios, com a Rádio Assembleia e toda a mídia da Assembleia acompanhando. Eles não gostaram.

Então, dessa vez, a ANTT fez um acerto para levar a audiência para um hotel. Havia 87 pessoas. Acompanhavam-me ali umas cinco pessoas e também acompanhavam a deputada Marília Campos umas cinco. Quer dizer, participaram mesmo, talvez, umas quarenta pessoas numa audiência. Uma agência nacional de regulação dos 22 milhões de habitantes de Minas Gerais, dos 853 municípios, se escondeu num hotel para dizer o que vão fazer com a concessão em Minas Gerais de um trecho de 757Km. É uma vergonha a Agência Nacional de Transportes Terrestres! É uma vergonha o que está acontecendo no Brasil em relação a essa questão!

A ANTT trata a coisa pública como algo privado. Ela se alia às empresas e, de alguma forma, também atende à determinação do ministro Tarcísio Freitas e vai fazer o que o ministro vai dizer. Ora, uma agência reguladora tem que respeitar, tem que representar a população do país, a população do Estado de Minas Gerais. Não consigo entender como é possível vermos o Estado de Minas Gerais ser tratado dessa maneira.

O presidente Agostinho Patrus Filho perdeu a paciência. Fui conversar com ele, e o presidente já disse que vai para a Justiça, vai tudo para a Justiça. Minas Gerais não vai permitir, não vai aceitar. Convocou o procurador da Assembleia Legislativa, o diretor-geral da Assembleia Legislativa e determinou o imediato ingresso em juízo para paralisar todo esse processo que está sendo feito, eivado de erros, pela ANTT. S. Exa., o presidente da Assembleia, disse que, na minha ida lá, eu deveria dizer isso: ou voltamos para a mesa de entendimento, ou senta à mesa com a Assembleia Legislativa, com as deputadas, com os deputados ou volta a conversa em Minas Gerais, ou vamos para a Justiça, vamos discutir na Justiça.

E foi essa mensagem que levei ontem na audiência da ANTT. Eu disse: “Não há mais diálogo com a ANTT nem com o governo federal nem com as empresas. Não aceitamos”. O presidente da Assembleia determinou que eu trouxesse aqui o aviso da Assembleia. Se não voltarem para a mesa para discutir, nós vamos para a Justiça. E já determinou o agendamento com a ministra Cármen Lúcia. S. Exa., a ministra, é a relatora da ADI nº 5.991, com pedido de medida cautelar, apontando a inconstitucionalidade da Lei nº 13.448/2017, que é a lei que ampara a antecipação da renovação da concessão ferroviária. Então, estamos agendando com a ministra Cármen Lúcia.

Depois, determinou também o agendamento com o procurador do Ministério Público Federal junto ao Tribunal de Contas da União, para tratarmos com ele também. É ele mesmo, o Dr. Marcelo, que tratou da pedalada, que trouxe o *impeachment* da presidente Dilma – Júlio Marcelo. Temos agenda com ele. Depois determinou também com o Dr. Jairo Cordeiro. Está com ele o processo da renovação da Vale. Também estará com ele o processo de antecipação da renovação da MRS. Também determinou uma agenda com o Cade, porque, nessa altura do campeonato, nós estamos entendendo que não são duas empresas.

A Vale é dona de 49% da MRS. É uma empresa só. Ela vai ter o monopólio do transporte ferroviário em Minas Gerais. Eu fico impressionado, Coronel Henrique, com o descuido de servidores públicos. Eles vão ser responsabilizados ao final? V. Exa., como servidor público, sabe disso. Eles estão expostos. Eu não sei como eles estão levando a coisa dessa maneira. O Cade, não tenho dúvida, mostrará o monopólio dessa empresa no Estado de Minas Gerais.

O presidente disse à ANTT: “Ou voltamos à mesa ou o Parlamento de Minas Gerais vai judicializar toda essa questão”. Foi duro, Coronel Henrique, ouvir o ministro Tarcísio Freitas lá, no Mato Grosso, recebendo o título de Cidadão Honorário do Mato Grosso, dizer que se sentia – no seu discurso – mais responsabilizado ainda de tirar o dinheiro de Minas Gerais e levar para o Mato Grosso. Não dá para engolir! Não dá para engolir! Eu até entendo que precisamos ter técnicos, mas uma pitadinha de política, de respeito a um estado da envergadura, do tamanho de Minas Gerais...

Até solicito ao Coronel Henrique, já que o Tarcísio Freitas é capitão, que enquadre o capitão. Dê uma enquadrada nele. Explique para ele que são 853 municípios. Explique para ele sobre Santos Dumont, sua luta inglória por causa da falta de atendimento, do desinteresse, do desrespeito com o Estado de Minas Gerais. Dê uma enquadrada nele. Ah, nós não podemos aceitar essa irresponsabilidade! O dinheiro de Minas Gerais pertence a Minas Gerais. Hoje nós tivemos uma resposta, deputado Gil Pereira, deputado Charles Santos, mais aceitável. Hoje amanheceram no meu gabinete fazendo apelos. Querem sentar-se à mesa. Já passei para o deputado Agostinho Patrus, que falou: perfeitamente.

Então, já temos composta uma mesa para rever os termos. O pleito do deputado Coronel Henrique tem que ser respeitado. Eles vieram aqui. Eu já falei: nós temos vários pleitos em Minas Gerais. Nós queremos que eles estejam num planejamento. Nós queremos um plano estadual ferroviário de retomada ferroviária. Nós queremos a curto, médio e longo prazo. Então, voltamos para a mesa.

É importante dizer para todos que agora quem coordena essa mesa é o presidente da Assembleia. Vão estar presentes as empresas, a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Infraestrutura, a Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais. Vai estar tudo na nossa lei orçamentária. Qual é a previsão para o próximo ano? Está aqui. Para os próximos cinco anos? No PPAG? Nos próximos 20 anos, como é que vão estar as ferrovias em Minas Gerais? O Norte, hem, Gil! O nosso Norte, hem! O sonho do Coronel Henrique é o sonho da Mantiqueira. Não é? Tudo isso, não é? O turismo da Mantiqueira, de Cabangu, desse nobre homem de Minas Gerais, Alberto Santos Dumont, na sua fazenda Cabangu, esse lindo projeto do Coronel Henrique. Tudo isso vai estar na pauta, em quanto tempo cada evento desse acontecerá.

É importante dizer o seguinte: não é só no papel do PPAG, não. Estará presente o Dr. Sérgio Pessoa, advogado-geral do Estado de Minas Gerais, os procuradores Cássio Santos, Valmir Peixoto; estarão presentes todos eles, Onofre Batista, os procuradores da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, e vão amarrar judicialmente tudo isso que eles vão assumir conosco. Voltamos à mesa, Gil Pereira. Voltamos à mesa, população de Minas Gerais. Minas Gerais terá um plano estratégico ferroviário do Estado de Minas Gerais. É a retomada ferroviária. É o nosso sonho. É o sonho de todos nós que passa agora a ter vida. Ouço, com muito prazer, o Coronel Henrique.

O deputado Coronel Henrique (em aparte) – Sr. Presidente, prezado deputado João Leite, tive oportunidade de acompanhar a fala de V. Exa. ontem e, como integrante da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias, já estivemos juntos em Brasília, discutindo essa problemática das nossas ferrovias, e entendo, faço aqui, repito aqui as palavras que o senhor proferiu ontem: “Minas Gerais precisa ser respeitada. Se não voltarmos para a Mesa, não vai passar”. Muito obrigado. Parabéns!

O deputado João Leite – Muito obrigado. Na nossa ida a Brasília, Coronel Henrique, o senhor estava presente. Contamos com a presença do deputado Gustavo Corrêa aqui neste Plenário, nas galerias. Um abraço, deputado Gustavo Corrêa. Na nossa ida a Brasília, Coronel Henrique, a gente estava em desvantagem, porque nós tratamos com general, mas agora nós estamos aguardando que o senhor enquadre esse Cap. Tarcísio Freitas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e telespectadores da TV Assembleia que acompanham os trabalhos, eu queria, aqui da tribuna, abordar, com mais calma, com mais tempo, um assunto que, durante a votação e

declaração de voto da LDO, tratei neste Plenário, que considero da maior importância e que, com certeza, tomará uma boa parte dos nossos debates aqui nos próximos dias, semanas e – quem sabe – até meses.

No Assembleia Fiscaliza, uma iniciativa importante deste Legislativo – e cumprimento o presidente, todos os deputados e deputadas pela inovação, no sentido de permitir um processo contínuo, permanente, regular de monitoramento e prestação de contas das ações do governo do Estado –, ficou muito claro para nós um equívoco que o atual governo do Estado comete ao colocar, como única alternativa para o enfrentamento do desequilíbrio fiscal estrutural do Estado a adesão ao regime de recuperação fiscal nos moldes propostos pelo governo federal.

Ninguém hoje desconhece o desequilíbrio fiscal estrutural. Inclusive, é bom trazer dados aqui no sentido de explicitar esse desequilíbrio. O atual secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, agora, recentemente, na imprensa, revelou que, se não fosse o déficit previdenciário, Minas Gerais teria R\$5.000.000.000,00 a R\$6.000.000.000,00 de recursos liberados para investimento. Por que existe o desequilíbrio previdenciário? Não é simplesmente e muito menos pelos trabalhadores, servidoras e servidores do Estado. Houve uma história de desrespeito e de omissão de preparação de um fundo previdenciário que tivesse recurso aportado para enfrentar a curva de relação entre ativos e inativos.

Então, quando a curva de inativos quase ultrapassa a curva de funcionários ativos, o que ocorre? O Estado despense R\$20.000.000.000,00, R\$21.000.000.000,00 com a Previdência e arrecada R\$5.000.000.000,00, R\$6.000.000.000,00 de contribuição. Então isso abre um grande rombo previdenciário de R\$16.000.000.000,00. Se você pega esse rombo de R\$16.000.000.000,00 e R\$17.000.000.000,00 e compara com o déficit que nós temos de R\$11.000.000.000,00, você acha exatamente esse valor que o secretário mencionou, um buraco de R\$6.000.000.000,00, que poderiam hoje ser investidos.

Só que para equilibrar, é lógico que hoje tem um debate polêmico nacional da reforma da Previdência. Isso não nos afeta de imediato, num curtíssimo prazo não equaciona. Isso sinaliza para estados e municípios para a frente. É o que o Congresso está discutindo. Mas, ao colocar como única saída a adesão ao regime de recuperação fiscal, Minas tem que se subordinar e se submeter a condições impostas pelo governo federal. E aí, ontem, no lançamento do livro editado pela Assembleia sobre a Lei Kandir, ficou claro que o caminho é o acerto de contas entre Estado e União. O Estado deve R\$90.000.000.000,00 para a União, a União deve R\$135.000.000.000,00 para o Estado. Então nós temos crédito e não débito.

Quem disse isso ontem, no Supremo Tribunal Federal, na audiência para discutir a questão federativa, exatamente como eu disse aqui, foi inclusive o senador Antonio Anastasia, ao defender o que estou defendendo, e que o PT defende aqui desde o governo anterior: o acerto de contas. E olha que essa dívida de R\$90.000.000.000,00 é resultado de um acordo da década de 1990, dos estados com o governo federal, com juros escorchantes. Essa dívida já foi paga.

Mas, vamos imaginar, o governo federal não vai pagar os R\$135.000.000.000,00, é dinheiro demais, isso daria R\$1.000.000.000.000,00 para os estados, é o valor da Previdência. Bem, o Supremo votou que, a partir de 2016, esse recurso é devido. Então nós teríamos aí R\$4.000.000.000,00 por ano. Então, em três, quatro anos, nós teríamos R\$15.000.000.000,00, R\$16.000.000.000,00, e teríamos anualmente R\$4.000.000.000,00, R\$5.000.000.000,00. Essa alternativa o governo de Minas não abraça. Eu não entendo por que o governo de Minas não abraça. O que significa abraçar? Fazer isto: vai ao Congresso, vai à Câmara dos Deputados, discute com o presidente Rodrigo Maia, coloca isso como condição para futuras negociações com o governo federal. O caminho tem que ser inverso. Não é Minas se ajoelhar diante do governo federal. Minas é um estado importantíssimo no cenário nacional.

Pois bem, ao não assumir isso, poderia falar aqui de outras alternativas. O governador fala: “Minas Gerais tem um passivo de R\$34.000.000.000,00”. E tem um ativo de dívida de credores. Minas é credora de R\$50.000.000.000,00, de gente que deve ao Estado. Aliás, foi estranho aqui, no programa Fiscaliza, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária ter pedido, deputado Cleitinho, a lista dos 100 maiores sonegadores e devedores do Estado. E o secretário falou que não podia dar, porque a área jurídica, a

AGE, não autorizou, não. Isso aí nós vamos inclusive discutir. Os deputados não têm direito de saber quem são os 100 maiores devedores do Estado? Se a pessoa é mais pobre, o nome vai para o Serasa, não faz compra; se não paga a luz, cortam sua luz. Agora, o grande empresário não pode ter nem o nome divulgado!

Então nós temos dívida para cobrar. Nós já temos aqui, na Assembleia, um caminho avançado de venda de 49% das ações da Codemig, sem abrir mão do controle do Estado. Nós temos a discussão do contrato da CBMM, do nióbio, que pode estar levando R\$5.000.000.000,00 a mais no Estado. Então, se você vai juntando as perspectivas, vale a pena um esforço de adesão a um programa com privatização, com congelamento de salário, com tudo de ruim para as políticas públicas, para deixar, por três anos, de pagar juros e serviços de uma dívida – e Minas já tem uma liminar –, e não está pagando? Minas já não está pagando. Então é economia zero.

A Cemig, da forma como está pensada a privatização, pode gerar R\$3.000.000.000,00 a R\$4.000.000.000,00. Isso é um ano de Lei Kandir. Nós vamos entregar um patrimônio de 70 anos. “Ah, mas a Cemig tem um papel social.”

Eu até fico à vontade, não tenho aquele arreigamento ideológico, como se privatizar fosse o fim do mundo. Temos que saber o que é do mercado e o que é do Estado. Por exemplo: Estado cuidar de hotel está errado. Então, quando privatizou o hotel, estava certo. Agora, energia, água e saneamento não pode ser pela lógica de mercado, porque a gente sabe que tem o subsídio cruzado. O lugar em que a empresa tem recurso superavitário, ela equilibra com o lugar onde ele é deficitário. Isso é fácil de entender: num prédio, o custo da água é um; levar água para a pessoa que mora num distrito rural, numa comunidade rural é outro. Então, o que você ganha aqui compensa ali. Se você privatiza – isso vale para a energia –, a lógica é: onde tem rentabilidade, os investimentos vão mais rápido. A Cemig pode ter, sim, maior capacidade de investimento privatizado. É investimento onde e para quem? Só para os grandes? E quem precisa de eletrificação rural, como na região que a Leninha tanto conhece? E os quilombolas? E os indígenas? E o agricultor familiar? Então, não podemos discutir essa questão da privatização simplesmente como condição para aderir a um regime que não vai trazer benefício para Minas. E aí está o pior: o governador, ontem, falou que vai retirar da Constituição Mineira a figura do referendo para os casos de hipotética privatização de energia e saneamento. Olhem, aí é um duplo erro, porque o referendo, o plebiscito, o projeto de lei de iniciativa popular é uma conquista da Constituição de 1988.

Hoje, a nova política... Olhem que contradição, o governador é do Novo, mas quer acabar com o mecanismo da nova política, que é a participação direta do cidadão. Mas, não é substituindo o Parlamento, não, ainda mais no caso do referendo. No referendo, você pega uma decisão tomada no Legislativo e a submete ao aval da população. Se fosse plebiscito era até diferente. O referendo não. O referendo é a combinação da democracia participativa com a democracia representativa, expressa no parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal: o poder será exercido diretamente ou por meio dos seus representantes. O governador quer mexer na Constituição Mineira para facilitar o caminho, para tentar aprovar aqui, na Assembleia, a privatização da Cemig e da Copasa sem submetê-la ao debate popular. Por que tem que submeter? Na década de 1990, os deputados incluíram isso. Porque não é qualquer decisão. Você entregar um patrimônio de 70 anos, como a Cemig, não é pouca coisa. Você prejudicar os consumidores, imaginem! Olhem, a tarifa já é alta, até porque o ICMS sobre energia é muito alto. Se você privatiza, você pode estourar, explodir as tarifas.

Então, estou colocando aqui, de maneira muito clara, a nossa posição. Defendemos a democracia participativa, defendemos os mecanismos de participação popular. Não vou nem entrar no mérito ainda. Já coloquei: privatização de água, energia e saneamento, somos contra. Agora, independentemente do mérito, o que vamos discutir primeiro é se você vai rasgar a Constituição para atender a um ditame do governo federal, que é devedor de Minas Gerais. Queremos o governador discutindo Lei Kandir, discutindo imposto sobre produtos minerários exportados.

O deputado Carlos Arantes é de um segmento que sabe que, às vezes, a desoneração do ICMS traz competitividade maior, principalmente para a nossa agricultura, para o agronegócio. Para a área minerária, não. A área minerária comporta o pagamento de imposto de exportação.

Vão abrir esse debate? Olhem os lucros dessas mineradoras, que só deixam buraco, lama e mortes em Minas Gerais. Então, nós queremos aqui não é inviabilizar governo, pelo contrário, pois quando se inviabiliza o governo, inviabiliza-se o cidadão, que precisa do SUS, da educação. Nós queremos nos sentar e analisar: será que esse é o melhor caminho, governador? Eu acho que não.

A Cemig tem um desafio das três usinas que a gente pode perder. Há algum formato que a gente pode discutir, sem privatizar a Cemig, mas apontando para essas três usinas? É isso que nós estamos colocando aqui na mesa de forma clara, aberta. Vamos dialogar com o governo. Agora, mexer na Constituição a essa altura? Tirar referendo, governador do partido Novo, da nova política! Não concordamos com isso.

Dentro do tempo que me resta, concedo aparte, com alegria, ao deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Deputado André Quintão, obrigado pela deferência. Eu quero dizer que em relação a esse assunto de privatizações, estou do lado completamente oposto ao que pensa V. Exa. E explico: quando e se o governo propuser a venda de estatais, a desestatização, no caso, da Cemig, e quando ele encaminha – se encaminhar – uma proposta de alteração legislativa, no caso, da Constituição, para que se proceda, sem que haja um referendo ou um plebiscito, eu não vejo que isso esteja rasgando a Constituição. Na verdade, ele está procedendo conforme os regimes democráticos recomendam. Existe uma legislação, e o fato de ele apresentar – se apresentar – uma proposta de alteração dessa legislação...

Em relação à privatização em si, eu não vejo como o serviço pode piorar. E vou citar um exemplo. Estou concluindo, presidente. Década de 1990: privatização da telefonia. Todos aqui se lembram que se comprava um plano de expansão de telefonia fixa, sob o domínio do poder estatal; pagavam-se 24 parcelas, durante 24 meses, e demoravam 5 anos para instalar o telefone. Quem quisesse um telefone para atendimento imediato, pagava US\$2.000,00 E hoje talvez sejamos o maior mercado consumidor, com o maior número de aparelhos celulares e fixo. Isso já está até caindo de moda.

Não há nada mais estratégico que alimento. E eu não vejo governos tendo o monopólio de oferta de alimentos. Por isso, entendo que o Estado está muito grande.

Nós precisamos reduzir o tamanho do Estado e usar esse recurso para melhorar a qualidade de vida da população. Muito obrigado pelo aparte concedido.

O deputado André Quintão – Presidente, só 30 segundos para concluir. Obrigado Coronel Sandro. Eu acho que é esse debate que a gente vai fazer aqui. E a gente vai fazer isso em alto nível. Há duas questões: se se altera a Constituição para facilitar o caminho de privatizar e aderir ao programa de recuperação fiscal, vale a pena abrir mão, na Constituição, de um instrumento democrático, em nome dessa tentativa? Esse é um ponto.

E o segundo ponto: vale a pena privatizar a Cemig e a Copasa, para aderir a um programa de recuperação que não vai trazer benefícios para Minas? Esse é o outro debate. E é isso que nós vamos fazer, apresentando alternativas no momento adequado. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente! Obrigado. Boa tarde a todos os presentes! Vou entrar nesse assunto da privatização e do plebiscito...

Quanto ao plebiscito e à questão do Zema, queria debater com a população. Queria até passar o meu telefone para o Zema, porque eu acho que ele deveria debater com a população, porque ficará com mais vontade de privatizar a Copasa.

Eu vou mostrar a mensagem no telefone. Deve haver 5 mil mensagens; todo mundo reclamando da Copasa. Não tem jeito de piorar mais do que já está piorado, gente. A água é do povo. Cadê que a Copasa dá água para o povo? “O pessoal mais carente não vai receber, se privatizar”. O pessoal mais carente já não recebe da Copasa, gente.

Agora o que mais me chama atenção é a hipocrisia e a demagogia pelo seguinte: na hora em que você pega a Copasa e a Cemig, é uma barganha, uma politicagem, uma troca de favor. Eu estava vendo uma matéria ali, com o PSDB e o MDB brigando para pegar a presidência da Copasa. Que competência e mérito para cacique eles têm de querer pegar a presidência da Copasa? Isso só mostra que a Copasa é um cabide de emprego. Por isso sou a favor de privatizá-la. Não dá para piorar mais, não. Estou falando aqui porque fiquei dois anos como vereador. A minha população inteira tem nojo da Copasa, pavor da Copasa. Minas Gerais inteira! Zema, debata com a população. Vou lhe dar o meu telefone aqui. Você vai ter mais vontade ainda de privatizar a Copasa. Você vai ter aqui 5 mil mensagens de cada canto de Minas Gerais, onde a Copasa presta serviço com muita má qualidade, reclamando dessa empresa. Então, não dá para piorar mais, não.

Por isso traga logo para privatizá-la, porque a gente vai pegar, dominar no peito e meter o pé na bunda da Copasa, mandá-la para longe. Lembramos que tanto a Copasa quanto a Cemig já são quase privatizadas. Essa parte do Estado que não funciona é que não deixam funcionar, porque aí vem a troca de favor. Você sabe o que é troca de favor? “Deputado, pode indicar alguém na Copasa. Deputado, pode indicar alguém na Cemig.” Isso tem de acabar. É isto que urgentemente tem que acabar no Estado de Minas Gerais e no Brasil: a politicagem.

Há outra situação que queria repassar. Até peço atenção à população que está presente; ao Bruno, que representa tão bem a segurança pública; ao Heli, que está aqui também; e às comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos. Recebi uma mensagem aqui. Vamos olhar para os agentes penitenciários. Vejam a situação em que eles estão. (– Lê:) “Há inúmeros casos de agentes internados. A comida só chega azeda, cheia de larvas e moscas diariamente. Há inúmeros casos de agentes internados que se alimentam da lavagem que trazem para eles. Se os agentes reclamam, são retaliados. Os acessos são inúmeros dentro do sistema, e a ameaça dos direitos com os agentes é incalculável, de grande tamanho. Os agentes são concursados para trabalhar no sistema. Mas, infelizmente, nos interiores, os diretores e amigos de prefeitos colocam os agentes para cuidar de curral. Não há viaturas para fazerem a escolta de presos. Além disso, usam aquele Fiat 147, antigo, com o diretor dirigindo, um agente e um detento no banco de trás. E o pior: é lei, é proibido, não pode. Os detentos têm de estar separados da escolta.” Perfeita a colocação. “As ratazanas dentro das unidades são maiores do que os gatos e procriam rapidamente. Os diretores pedem para se ter cuidado com os detentos e não com os agentes.”

Olhem que absurdo, gente! É o que estou falando. Este é o país onde o errado é certo e o que é certo é errado. Este é um país onde não há justiça. Não é? Os direitos humanos, que deveriam ser para olhar os humanos e os direitos, ficam olhando outras coisas.

Então, queria chamar a atenção das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública para que olhem com atenção, porque agente penitenciário, gente, faz parte da segurança pública. É ele que aguenta o rojão. É ele que está no meio do inferno. Quem fica no meio do inferno é o agente penitenciário. Vamos ter mais respeito com eles. A comida para eles é pior do que a dos próprios presidiários.

O deputado Delegado Heli Grilo (em aparte) – Na verdade, é o seguinte: realmente o sistema prisional não faz parte nem do Susp. Mas estamos com uma PEC nossa que já foi aprovada na CCJ, cujo relator foi o nosso colega Bruno, e está sendo inserida no art. 136, que é o artigo da segurança pública, onde já estão as Polícias Militar e Civil. Depois disso tudo, quando conseguirmos encaixar os agentes, vamos brigar para a questão da lei orgânica do sistema prisional, vamos tentar abrigá-los de alguma forma e fazer com que eles também possam ter direito a arma.

Em relação à alimentação, recebi ontem um vereador que é do sistema prisional em Unaí, o Eugênio, que veio me mostrar... Gente, o governo precisa ser esperto. Pague um vale-refeição para o sistema prisional de R\$200,00, R\$250,00. Assim, não terá custo com alimentação e vai dar alimentação para o sistema prisional do qual possa se orgulhar, porque a comida que, realmente, eles estão

comendo é junto com os presos. Quer dizer, comem a mesma comida dos presos. Não é pior porque não tem jeito. Por exemplo, em Unai, a alimentação vem de uma distância de 35km e chega fria, com a salada azeda e tudo errado.

Portanto, nós precisamos, realmente, dar uma guarida e apoiar o sistema prisional. Estou trabalhando nessa linha. Nós precisaremos muito de apoio para ajudar essas pessoas. Com toda certeza, todos nós, deputados, vamos ter de nos unir, *O.K.?*

O deputado Cleitinho Azevedo* – Sr. Presidente, já estava finalizando. Eu ia ter mais uma pauta para falar, mas vou usar a questão de ordem e agradeço a você. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/6/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 20/6/2019, que nomeou Claudete Aparecida Alves Neves, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

exonerando, a partir de 1º/7/2019, Brenda Cristina Grandioso, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando, a partir de 1º/7/2019, Elizangela Soares Silva, padrão VL-19, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando, a partir de 1º/7/2019, Reginaldo Ferreira de Azevedo, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar de Oliveira;

nomeando Amanda Rosa Silva de Oliveira, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando David Antônio Zica, padrão VL-39, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Eduardo Caldeira de Souza Penna, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;

nomeando Ênio de Oliveira Freitas, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar de Oliveira;

nomeando Juliana Ellen de Sales, padrão VL-33, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Mauricio da Silva Gonçalves, padrão VL-27, 4 horas, com exercício no Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Paulo Henrique Alves Neves, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

nomeando Roberto Oliveira de Faria, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Sebastião Augusto Estevão, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betão.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 42/2019****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 100/2019**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 12/7/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para execução de reforma do piso (incluindo rodapés).

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 28 de junho de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

**ERRATA****PROJETO DE LEI Nº 880/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/6/2019, na pág. 15, no despacho, onde se lê:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.754/2019”, leia-se:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 4.754/2017”.